

## **OPERAÇÃO DO IBAMA APREENDE EMBARCAÇÃO COM 70 TONELADAS DE PESCA IRREGULAR**

Barco atuava em áreas próximas a plataforma de petróleo e gás, cuja pesca é proibida. Multa supera a R\$ 1,5 milhão

Por *ATribuna.com.br* 24.07.20 9h01



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.110819:1595590391/Ana-Angelica-Alabarce.png?f=2x1&\\$p\\$f=ffb7431&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.110819:1595590391/Ana-Angelica-Alabarce.png?f=2x1&$p$f=ffb7431&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

*Ana Angélica Alabarce, chefe do Ibama em Santos, comentou sobre a operação em alto-mar (Foto: Reprodução/TV Tribuna)*

A unidade santista do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deu início a uma

operação para inibir pesca em áreas próximas a plataforma de petróleo e gás. A ação resultou na apreensão de um barco pesqueiro com mais de 70 toneladas de frutos do mar. Os responsáveis pela embarcação foram autuados em cerca de R\$ 1,5 milhão.

Batizada de 'Operação Plataforma Amazônia Azul', em referência ao nome dado ao território marítimo brasileiro, a ação tem por objetivo inibir a prática ilegal de pesca no raio próximo aos pontos de extração de óleo e gás na Bacia de Santos – área em alto-mar que se estende do norte do Rio de Janeiro ao sul de Santa Catarina.

De acordo com a chefe do Ibama em Santos, Ana Angélica Alabarce, essas áreas são estratégicas para o País do ponto de vista econômico e ambiental. Ela afirma que a pesca é proibida nas áreas próximas de plataformas de petróleo e gás.

Segundo a Petrobras, normas da Marinha do Brasil proíbem aproximação de barcos em um raio de 500 metros em torno das plataformas de petróleo, salvo embarcações que realizam atividades de apoio. Ainda conforme a estatal, o objetivo é proteger as instalações, meio ambiente e garantir a segurança dos trabalhadores nas unidades em alto-mar.

Isso porque não são descartados riscos associados a embarcações que se aproximam indevidamente das plataformas marítimas, como colisão e explosão da unidade produto de óleo. Por essa razão, os responsáveis pela embarcação foram autuados. Ana Angélica assegura que a ação realizada na área da Bacia de Santos é pioneira e pode ser ampliada para toda a costa brasileira.

*Fonte : A Tribuna Digital - SP*

*Data : 24/07/2020*

## **FREDERICO BUSSINGER: “TUPIZAÇÃO” DOS PORTOS PÚBLICOS? (CENÁRIOS)**

A ideia mais recente no rastro da discussão de privatização das autoridades-administradoras é a de transformação dos arrendamentos em TUP

Por Frederico Bussinger 24.07.20 17h59

“Insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes” (Albert Einstein)

“Sublata causa, tollitur effectus” (“Eliminada a causa, o efeito desaparece”) (Milenar e surrado ditado latino)

Autorizações para novos Terminais de Uso Privado (TUP), na vigência da Lei dos Portos de 2013, aplicaram um verdadeiro “7x1” nos novos arrendamentos em portos públicos; tema do primeiro artigo dessa minissérie (AT 8/MAI/20). Ele apontou ainda, para o bem e/ou para o mal, dois intrigantes fenômenos associados à goleada, mormente na “era-PPI” (desde MAI/16): i) Os arrendamentos efetivados, na prática, muito se assemelham, funcionalmente, a TUP, ou seja, terminais associados a cadeias logísticas, por sua vez, associadas a cadeias produtivas e/ou de serviços. P.ex: 11 dos 13 arrendamentos de 2019 foram para combustíveis. ii) Os TUP, fora da poligonal, vêm ocupando espaço e assumindo funções outrora próprias dos portos públicos.

O segundo artigo (AT 22/MAI/20) aventa seis hipóteses explicativas, algumas das quais confirmadas e detalhadas pelo recente (mas já consagrado!) relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), veiculado semanas depois: não nas 1 1/5 pg das tímidas e genéricas recomendações e encaminhamentos, importante destacar; mas nas 75 1/3 páginas de informações e análises iniciais que esmiúçam a questão!

A movimentação portuária brasileira cresceu 22% entre 2012 e 19: de 904 Mt/a para 1.104 Mt/a; cargas operadas quase todas por privados (TUP, arrendamentos e operadores préqualificados). O “marketshare” seguiu o padrão histórico (mesmo na “era-Portobras”) e oscilou muito pouco nesses sete anos: os TUPs, responsáveis por 65% (2012), passaram a 66,4% (2019). A grande alteração, porém, ocorreu nos contêineres (confirmando uma das hipóteses aventadas: foco nas cargas de maior valor agregado): os TUPs aumentaram sua participação em 66,7% (de 18,3% para 30,5%); enquanto, em sentido inverso, a dos portos públicos caiu de 81,7% para 69,5%!

Dos cinco “achados” do Relatório do TCU (pg. 2), os três primeiros certamente têm alta correlação com o processo que tais números quantificam. E certamente responderiam àquele painalista, especialista europeu (AT 11/JAN/19). “No mundo inteiro terminais querem estar dentro dos portos. Por que no Brasil preferem ficar fora?”.

A essa altura, faltaria apenas explicar o porquê, no segmento de contêineres, essa tendência é quase gravitacional, enquanto nos “tupizados” (graneis, p.ex), ainda há disposição para arrendamentos. Muitas hipóteses há, e pauta para boas discussões. Mas certamente a inexigibilidade de operadores portuários (e trabalhadores portuários avulsos, TPA, em alguns desses casos), prevista no art. 28 das Lei dos Portos (destaque para: I e II-d e II-e), explica muito.

Mantidas as condições estruturais e, principalmente, a forma como vêm sendo praticadas, o cenário é de manutenção e até de aprofundamento dessas tendências.

O primeiro teste à vista são os leilões dos terminais do “cluster de celulose” do Porto de Santos (STS-14 e STS14A, na ex-área da Libra), previsto para 28/AGO próximo: será surpresa se a licitação for deserta. E surpresa, ainda maior, se os vencedores não forem empresas dos grupos dos próprios produtores de celulose, ou consórcios dos quais elas participem. O segundo teste deverá ser os dois arrendamentos das instalações ora da Transpetro (STS-09 e STS-08A), agora antecipado para o final do ano: prognósticos similares.

A mais recente ideia foi aventada no Webinar da FGV desta semana, no rastro da discussão de privatização das autoridades-administradoras: transformação dos arrendamentos em TUP.

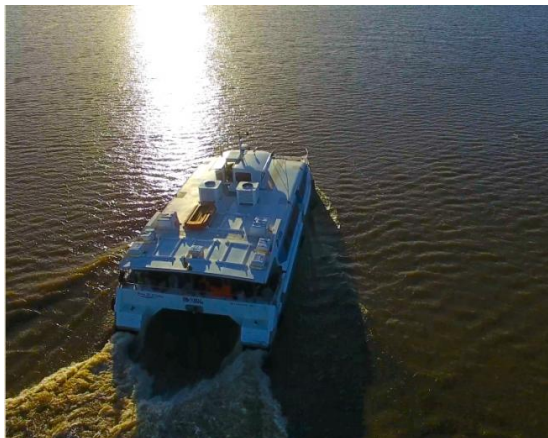
**Fonte : A Tribuna Digital - SP**

**Data : 24/07/2020**

## **ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS**

### **JUSTIÇA RECONHECE COMPETÊNCIA DA ANTAQ PARA DEFINIR REAJUSTE DE TARIFA NO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO**

Agência autorizou empresa a reajustar preço da passagem na travessia São José do Norte (RS) e Rio Grande (RS)



<http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Travessia-RG-SJN.png>

*O trecho da travessia é de 5,7km*

A Justiça Federal, por meio da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, 2ª Vara Federal de Rio Grande (RS), decidiu, em caráter liminar, que a ANTAQ detém a competência para definir as tarifas de transporte aquaviário, nos limites da lei e da autorização. A decisão é do juiz federal substituto, Gessiel Pinheiro de Paiva e foi assinada, eletronicamente, em 21 de julho. A decisão judicial aconteceu após o município de São José do Norte ter proposto ação civil pública contra o reajuste tarifário da travessia entre São José

do Norte (RS) e Rio Grande (RS) a partir de 27 de julho. A empresa Transnorte (Transportes Aquaviários LTDA) é quem explora o serviço.

No texto, o juiz federal destacou a seção III da Lei nº 10.233/2001, que trata das atribuições da ANTAQ. O art. 27 diz que “cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação, promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados”.

Conforme a decisão, a partir do conjunto probatório presente no processo, é possível observar que o assunto foi ampla e rigorosamente analisado no âmbito da ANTAQ, iniciando-se em 27 de fevereiro. “Verifica-se, inicialmente, que o processo de reajuste tarifário procedido pela empresa e que ao final foi autorizado pela ANTAQ, está sujeito a diversos fatores técnicos complexos e especificidades inerentes ao setor de transporte aquaviário, não se limitando aos índices de inflação”, escreveu o juiz federal.

Vale lembrar que a Agência elaborou uma nota técnica acerca do reajuste tarifário para a travessia entre São José do Norte e Rio Grande. No documento, há um exame detalhado de 26 critérios que foram levados em conta para a aprovação do reajuste. Esses critérios se basearam em aspectos econômicos, financeiros, operacionais, mensurando a justa causa das principais justificativas apresentadas pela empresa e seu grau de importância para a garantia do ressarcimento dos custos dos serviços de transporte prestados em regime de eficiência.

Para o juiz federal, a nota técnica apresentou detalhadamente a composição dos custos que resultaram na aplicação do reajuste tarifário sugerido pela Transnorte e autorizado pela ANTAQ. Além disso, o processo respeitou as normas vigentes relativas ao setor de transporte aquaviário e conciliou de forma apropriada a adequação do serviço a ser prestado pela Transnorte, mediante a satisfação das condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, modicidade tarifária e preservação do meio ambiente com o equilíbrio econômico-financeiro da autorização.

O juiz federal concluiu que as decisões tomadas pela ANTAQ seguem padrões técnicos, baseados em cálculos e estudos prévios. “Com efeito, a ANTAQ possui a capacidade técnica necessária para a avaliação dos inúmeros e complexos dados que foram levados em conta para a manutenção do serviço público e o reajustamento das tarifas da travessia Rio Grande/São José do Norte.”

**Transparência**

Na ação civil pública, o município de São José do Norte também alegou que a população foi surpreendida, através de informativo afixado nas dependências da instalação hidroviária. Além disso, argumentou, ainda, que não houve qualquer prestação de informações por parte da ANTAQ e da empresa aos usuários do serviço, tampouco explicitação dos motivos, cálculos e demonstrativos contábeis, que fundamentaram o aumento tarifário.

O juiz federal discordou dessas alegações. Escreveu em sua decisão que “no que tange à suposta carência de informação aos consumidores, percebe-se que o reajuste tarifário questionado também foi precedido da devida publicidade e da necessária transparência que deve permear os reajustes tarifários, inclusive por meio do site eletrônico da ANTAQ, onde consta a Regulação de Preços de Serviços Públicos Autorizados na Navegação Interior, com amplo e simples

acesso a qualquer interessado”. O magistrado acrescentou, também, que os usuários do serviço foram cientificados do reajuste da tarifa para R\$ 4,50 a partir do dia 27 de julho, com antecedência de trinta dias, nos termos do inciso II, artigo 14 da Resolução nº 1.274/2009-ANTAQ.

O estudo a que o juiz federal se referiu pode ser acessado no seguinte endereço: [http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Regulacao\\_de\\_precos\\_de\\_servicos\\_publicos\\_autorizados\\_V6.pdf](http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Regulacao_de_precos_de_servicos_publicos_autorizados_V6.pdf). Nele, encontra-se a Metodologia Multicritério para Determinação de Justa Causa da Elevação de Preços, que destaca que “o regulador público deve buscar as medidas justas de rentabilidade empresarial versus modicidade dos preços públicos, na proporção que seus preços não podem ser tão elevados a ponto de inviabilizar o acesso do usuário ao serviço público, considerada sempre a realidade do público consumidor”.

## **Pandemia**

O juiz federal Gessiel de Paiva argumentou, ainda, que “não se mostra viável, portanto, admitir-se a intervenção judicial no reajuste tarifário implementado, sob o fundamento de que estamos enfrentando crise econômico-financeira em virtude da pandemia da Covid-19”. O magistrado defendeu que a falta do serviço, pela sua inviabilização econômica, poderia ser mais prejudicial aos seus destinatários do que o aumento da tarifa, visto que a empresa opera atualmente com lotação de 50% da capacidade de cada embarcação, por força de medidas sanitárias para controle da propagação do coronavírus”.

## **A travessia**

De acordo com informações da empresa Transnorte, a travessia conecta seis mil pessoas diariamente pelo Canal Miguel da Cunha, na Laguna dos Patos. Em condições climáticas normais, o trecho de 5,7km entre São José do Norte e Rio Grande é percorrido em cerca de 30 minutos. De segunda a sábado, são realizadas 67 viagens diárias, das 5h45 à 00h30 (SJM-RG) e das 6h30 à 1h (RG-SJM), com saídas a cada 30 minutos durante o dia. Nos últimos horários da noite, o intervalo entre as saídas passa para 60 e 90 minutos. Aos domingos e feriados, são 18 viagens diárias, com saídas a cada hora, das 6h à 00h30 (SJM-RG) e das 7h à 1h (RG-SJM).

Três perguntas para a gerente de Regulação da Navegação Interior da ANTAQ, Patrícia Gravina

Como pode ser avaliada essa decisão da Justiça?

É o Poder Judiciário reconhecendo a competência técnica da Agência em relação às questões que envolvem o reajuste de preços. A ANTAQ tem muito zelo ao analisar esse tipo de caso e muitos parâmetros são levados em conta. A Agência amadureceu muito em relação ao acompanhamento de preços e conta com corpo técnico de alto nível para a avaliação desses reajustes. Além disso, nos aproximamos da Secretaria Nacional do Consumidor para uma ação mais efetiva no combate a abusos.

Como é feita a análise dos reajustes de preço?

Desenvolvemos uma metodologia técnica e objetiva, que considera o que é essencial para a prestação do serviço. Nossa atuação busca garantir um preço justo para o usuário. O operador deve prestar o serviço com eficiência, e, se houver um reajuste de preço, que este seja justo.

Como é o acompanhamento da Agência em relação à prestação do serviço por parte das empresas?

Esse acompanhamento é muito rigoroso e exigente com as empresas. A Agência trabalha para a qualidade da prestação do serviço. Se não houver essa qualidade, a Agência vai fiscalizar e, se for o caso, autuar a empresa que não estiver prestando o serviço de forma adequada.

**Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: asc@antag.gov.br**

**Data : 24/07/2020**

# **ISTOÉ** **Dinheiro**

## **ISTOÉ - DINHEIRO**

### **GRUPOS TRANSPORTES E HABITAÇÃO PUXAM O AVANÇO DO IPCA-15 DE JULHO, DIZ IBGE**

Os grupos Transportes e Habitação puxaram o avanço de 0,30% no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15) de julho, informou nesta sexta-feira, 24, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O avanço de 1,11% do grupo Transportes, puxado pelos combustíveis, contribuiu com 0,22 ponto percentual (p.p.) da alta de 0,30% do IPCA-15. Os combustíveis avançaram 4,40%.

“Após quatro meses consecutivos de quedas, a gasolina subiu 4,47%”, diz a nota da IBGE.

Outros combustíveis que ficaram mais caros no período de meados de junho a meados de julho foram o etanol (4,92%), o óleo diesel (2,50%) e o gás veicular (0,01%).

Também contribuíram para o avanço no grupo Transportes as passagens de metrô, que subiram 2,00%, por causa do “reajuste de 8,70% nas passagens do Rio de Janeiro (7,30%), que entrou em vigor no dia 11 de junho”.

Mesmo sendo o principal responsável pela alta do IPCA-15 de julho, o grupo Transportes não subiu mais fortemente porque as passagens aéreas ficaram 4,16% mais baratas. Também registraram deflação na leitura de julho os itens “transporte por aplicativo” (-11,98%) e “táxi” (-0,10%).

Já o grupo Habitação, que avançou 0,50% no IPCA-15 de julho, contribuiu com 0,08 p.p. da alta no agregado. O movimento foi puxado pela conta de luz. A energia elétrica teve alta de 1,03%.

“Houve queda de 1,39% em Curitiba e alta em seis locais, que variaram de 0,28% em Porto Alegre até 5,15% em Fortaleza”, diz a nota do IBGE.

Também subiu, dentro do grupo Habitação, o item “água e esgoto” (0,13%), por causa da alta de 2,77% em Brasília, motivada pela “mudança de estrutura tarifária que foi implementada em 1º de junho”, segundo o IBGE.

Na contramão, dentro do grupo, ficou mais barato o item “gás encanado” (-0,08%), “decorrente da redução de 0,27% nas tarifas de São Paulo”.

**Fonte : IstoÉ- Dinheiro**



*Data : 24/07/2020*

## **MOURÃO DETALHA A SANTANDER AÇÕES DO CONSELHO DA AMAZÔNIA**

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, se encontrou ontem com a cúpula do Santander, em São Paulo, para detalhar os planos e metas do Conselho da Amazônia, do qual é presidente. Em resposta, o presidente do banco espanhol, Sergio Rial, prometeu cooperar em financiamentos para o desenvolvimento da região, com destaque para a bioeconomia.

Em nota, Mourão afirmou que “o diálogo entre instituições públicas e privadas tem sido uma das ênfases do Conselho Nacional da Amazônia Legal”. Segundo Mourão, o propósito é “encontrar o melhor caminho para proteger e preservar a Amazônia Legal e desenvolver o Brasil”.

Na quarta-feira, o vice-presidente recebeu, no Palácio do Planalto, executivos dos três maiores bancos privados do Brasil – Santander, Bradesco e Itaú – para discutir uma agenda conjunta para a Amazônia. Pelo lado do governo, além de Mourão, estiveram presentes a ministra da Agricultura, Tereza Cristina; o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles; e o presidente do BNDES, Gustavo Montezano.

Os bancos se juntam a investidores internacionais e grandes empresas brasileiras, que têm demonstrado desconforto com o efeito da questão ambiental sobre a economia brasileira. Em junho, a situação ficou ainda mais crítica quando representantes de fundos bilionários ameaçaram deixar o País caso o governo brasileiro não tome medidas contra o desmatamento da floresta amazônica, que registram novos recordes desde o ano passado.

Na noite de quarta-feira, Mourão disse ao Estadão que na reunião em Brasília foi reforçado aos representantes dos bancos que é “importante pensarem em formas de financiamento para projetos em bioeconomia, com juros melhores”. “Eles não colocaram questão de perda de investimento. Agora, o que é claro hoje é que, com a agenda ambiental, todas as empresas têm uma preocupação sobre onde estão colocando seus recursos e onde estão investindo. E o que a gente vê é que a Amazônia pode ser uma solução em termos de empresas que têm atividades poluentes”, afirmou Mourão.

### **Já agendada**

A reunião do vice no Santander já estava marcada há uns dois meses. Mourão foi à sede do banco, em São Paulo, para mostrar o plano do governo para a Amazônia. O encontro teve a presença do comitê executivo e do conselho de administração do banco.

Foi mais uma parada do vice-presidente em uma espécie de “road show” que está sendo feito sobre o tema. Segundo apurou o Estadão, o fato de a reunião ter acontecido um dia depois da apresentação dos planos dos bancos sobre a Amazônia, em Brasília, foi uma coincidência. A reunião no Santander serviu mais para o governo tentar mostrar ao mercado financeiro de que está preocupado e tem uma política para a Amazônia – e não tem relação com a ação dos bancos Itaú, Santander e Bradesco, que ainda está em fase de estruturação.

Os três bancos -Bradesco, Itaú Unibanco e Santander – estavam entre os signatários de carta enviada a Mourão, que pediu, no início do mês, políticas de combate ao desmatamento na Amazônia. O documento fez defesa da agenda do desenvolvimento sustentável e solicitou o combate “inflexível e abrangente” ao desmatamento ilegal na Amazônia. Agora, depois da cobrança e com o plano anunciado na quarta-feira, os bancos têm a intenção de entregar uma forma de ajuda efetiva em relação ao assunto. (Colaboraram Fernando Scheller e Fernanda Guimarães).

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 24/07/2020*

## **SONDAGEM DA CNI MOSTRA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO AINDA EM OCIOSIDADE**

A indústria da construção ainda apresenta índice de ociosidade, com atividade enfraquecida em razão das dificuldades enfrentadas pelo setor durante a pandemia do novo coronavírus. Apesar disso, os índices de nível de atividade e de número de empregados tiveram alta em junho, com melhora na confiança do setor e nos índices de expectativa e intenção de investimento. Os dados constam da Sondagem Indústria da Construção, divulgada nesta sexta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com a pesquisa, o indicador de evolução do nível de atividade passou de 37,1 pontos em maio para 44,3 pontos em junho. Apesar do indicador de junho ainda indicar queda, a CNI destaca que ele se aproximou da linha divisória dos 50 pontos, sugerindo um recuo menos acentuado do que o observado em meses anteriores. O índice varia de zero a 100, sendo que valores abaixo de 50 mostram queda na atividade.

O indicador de evolução do número de empregados atingiu 43,4 pontos em junho ante 37,5 pontos registrados em maio. Além de se aproximar dos 50 pontos, o índice está próximo da média histórica de 43,8 pontos.

Com relação à Utilização da Capacidade Operacional (UCO), houve um pequeno aumento no mês passado, mas ela ainda segue baixa, mostrando ociosidade do setor. A UCO atingiu 55% em junho, uma alta de dois pontos percentuais na comparação com maio. “Apesar da melhora, a ociosidade do setor permanece elevada e a UCO segue abaixo de sua média, de 61%. O indicador está 2 p.p. abaixo do valor observado em junho de 2019”, destaca a CNI na pesquisa.

## **Confiança**

Apesar das dificuldades atuais, o Índice de Confiança do Empresário da Construção (ICEI-Construção) aumentou 3,7 pontos e ficou em 46,3 pontos em julho. Segundo a CNI, essa é a terceira alta consecutiva do índice, após as fortes quedas em março e abril. “Apesar da recuperação recente, o índice continua demonstrando falta de confiança do empresário ao se posicionar abaixo da linha divisória. Também segue abaixo da média histórica de 53,5 pontos”, destaca a pesquisa.

Entre os componentes do ICEI-Construção, o indicador de expectativa aumentou 4,4 pontos e o de condições atuais teve alta de 2,3 pontos, mostrando que as expectativas futuras são mais positivas.

A entidade destaca que a maioria dos indicadores de expectativas está bem próxima à linha divisória dos 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo. “Os empresários esperam estabilidade do nível de atividade nos próximos seis meses, e não esperam mais quedas significativas”, destaca. Os indicadores de expectativas de compras de insumos e matérias-primas e do número de empregados registraram 49,5 e 49,4 pontos, respectivamente.

O indicador de expectativa em relação ao número de atividade registrou 50,1 pontos, o que demonstra, segundo a CNI, que a expectativa em relação à atividade do setor para os próximos meses passou de negativa para neutra. Já o índice de expectativa em relação a novos empreendimentos e serviços ficou em 48 pontos. “O empresário ainda espera queda no número de novos empreendimentos e serviços nos próximos seis meses”, destaca a pesquisa.

Com relação à intenção de investimento, a pesquisa mostra maior disposição do empresário da construção em investir. O índice que mede a intenção de investimento teve alta de 3,8 pontos em julho, registrando 34,8 pontos. O indicador, no entanto, ainda está distante do patamar registrado antes da crise, que era acima de 40 pontos.

## **Condições financeiras**

A crise provocada pela pandemia da covid-19 ainda compromete as condições financeiras das empresas. De acordo com a Sondagem, os indicadores que medem essas condições permaneceram inalterados no segundo trimestre, em patamar que mostra insatisfação. O

indicador de situação financeira no trimestre aumentou 0,1 ponto na comparação com o primeiro trimestre, registrando 38,7 pontos. A média da série que teve início em 2009 é de 44 pontos.

O índice de satisfação com a margem de lucro operacional também ficou estagnado em 34,1 pontos, indicando insatisfação dos empresários. De acordo com a pesquisa, o acesso ao crédito se tornou ainda mais difícil. O índice de facilidade de acesso ao crédito recuou 1,7 ponto no segundo trimestre ante o período anterior, ficando em 30,5 pontos, bem abaixo da linha divisória dos 50 pontos.

*Fonte : IstoÉ- Dinheiro*

*Data : 24/07/2020*



**EXTRA ONLINE**

## **PETROBRAS INICIA CONTRATAÇÃO DE 3 PLATAFORMAS PARA BÚZIOS, UMA DELAS A MAIOR DO BRASIL**

*Por Roberto Samora*

SÃO PAULO (Reuters) - A Petrobras informou que sua Diretoria Executiva aprovou nesta sexta-feira o início dos processos de contratação de três novas plataformas do tipo FPSO para o campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, sendo que uma delas será a unidade com maior capacidade de produção do país e uma das maiores do mundo.

As três novas plataformas fazem parte do Plano de Desenvolvimento do mega campo de petróleo, que prevê um total de doze unidades instaladas até o final da década.

"Ao término da fase de desenvolvimento, é esperado que o campo de Búzios produza mais de 2 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), tornando-se o maior ativo de produção da Petrobras", disse a empresa.

Atualmente, há quatro unidades em operação em Búzios, que respondem por mais de 20% da produção total da Petrobras --a extração de petróleo da empresa no Brasil somou 2,245 milhões de barris ao dia no segundo trimestre.

As três novas unidades serão as primeiras contratadas após a aquisição dos volumes excedentes da cessão onerosa do campo de Búzios, em novembro de 2019, em parceria com as companhias chinesas CNOOC Petroleum e CNODC --no leilão, a Petrobras pagou 61,4 bilhões de reais em bônus de assinatura.

A primeira das três novas unidades, cujo início da contratação foi aprovado, será o FPSO Almirante Tamandaré com entrada em produção prevista para o segundo semestre de 2024.

Segundo a estatal, esse FPSO será afretado com capacidade de processamento diário de 225 mil barris de óleo e 12 milhões de m<sup>3</sup> de gás, e será a maior unidade de produção de petróleo a operar no Brasil.

A informação confirma reportagem da Reuters publicada no início do mês sobre a contratação da unidade.

Plataformas deste tipo e tamanho --em formato de navio, que armazena e descarrega petróleo, muito usada para campos em águas profundas-- podem custar entre 2,5 bilhões e 3 bilhões de dólares para serem construídas.

Em geral, a empresa vencedora de licitações constrói a plataforma e fecha contrato de arrendamento com a Petrobras por 15 a 20 anos, e as taxas podem chegar a até 1 milhão de dólares por dia.



Segundo a Petrobras, Búzios possui os seis poços com maior produção de petróleo do país, e a "alta produtividade do campo justifica a instalação de FPSOs de maior porte".

Cerca de dez empresas foram pré-qualificadas pela Petrobras para competir no processo pela plataforma gigante, disse uma fonte com conhecimento do assunto à Reuters, incluindo os maiores arrendadores de FPSOs do mundo, como a japonesa Modec e a holandesa SBM Offshore NV.

Em fato relevante nesta sexta-feira, a Petrobras disse ainda que as outras duas unidades, P-78 e P-79, serão contratadas na modalidade Engineering, Procurement and Construction (EPC) e terão capacidade para processar diariamente 180 mil barris de óleo e 7,2 milhões de m3 de gás, cada uma. A previsão é de que elas entrem em operação em 2025.

A empresa afirmou que contratará também equipamentos conhecidos como árvores de natal molhadas (ANMs), sondas, serviços de poços e sistema de coleta.

"A expectativa é de que as contratações dos FPSOs e das ANMs sejam concluídas em 2021, e as demais se iniciem nos próximos 18 meses."

## **QUINTA UNIDADE**

A Petrobras afirmou ainda que uma quinta plataforma a operar em Búzios, o FPSO Almirante Barroso, está em construção e tem início de produção previsto para o segundo semestre de 2022.

O foco em Búzios mostra o apetite da Petrobras de avançar em seus campos mais produtivos, apesar de a recente contração dos preços do petróleo ter feito a estatal revisar para baixo planos de investimento.

A Petrobras informou ao final do ano passado, antes da pandemia de coronavírus, investimentos de cerca de 17,9 bilhões de dólares em Búzios no período de 2020 a 2024, quase um quarto do montante total previsto no plano.

Segundo a Petrobras, Búzios, o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo, é um ativo de classe mundial, com petróleo de ótima qualidade, reservas substanciais, baixo risco e baixo custo de extração.

Os mais de 45 poços perfurados até o momento confirmam a excelente qualidade do reservatório.

As características de permeabilidade e porosidade do reservatório, associadas a grandes espessuras de coluna de óleo, permitem que cada poço de Búzios produza, em média, mais de 50 mil barris de óleo por dia, afirmou a empresa.

(Por Roberto Samora; com reportagem adicional de Sabrina Vall e Gram Slattery)

*Fonte : Extra Online*

*Data : 24/07/2020*

## **MINÉRIO DE FERRO CAI NA CHINA COM FOCO NO MERCADO DE AÇO**

*Por Min Zhang e Tom Daly*

PEQUIM (Reuters) - Os contratos futuros de minério de ferro da China caíram até 3,6% nesta sexta-feira, recuando pela segunda sessão consecutiva, com a demanda por produtos de aço caindo esta semana.

A demanda de produtos siderúrgicos da China caiu 1,3% nesta semana em relação à semana anterior, segundo cálculos da Reuters com base na produção de aço e dados de estoques da consultoria Mysteel.

O contrato mais ativo do minério de ferro na Bolsa de Dalian fechou em queda de 2,1%, a 828 iuanes (117,93 dólares) por tonelada. Ganhou 0,2% nesta semana.

"Questões importantes da demanda e do lado da oferta ajudaram a elevar os preços (minério de ferro) acima de 100 dólares por tonelada pela primeira vez em 12 meses", escreveram analistas da ANZ Research em nota.

"No entanto, vemos uma desconexão entre os mercados de minério de ferro e aço, o que pode levar os preços a caírem rapidamente se o sentimento mudar de repente."

Os preços do vergalhão de aço na Bolsa de Futuros de Xangai, para entrega em outubro, caíram 1,1%, para 3.747 iuanes por tonelada.

Os preços spot do minério com 62% de ferro para entrega na China caíram 1,5 dólar, para 111,50 dólares por tonelada, segundo a consultoria SteelHome.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 24/07/2020*

## **PETROBRAS AUMENTA PREVISÃO DE PAGAMENTO A DIRETORES. EM MÉDIA, CADA UM PODERÁ RECEBER ATÉ R\$ 400 MIL POR MÊS**

Assembleia de acionistas aprovou aumento da provisão para remuneração global dos administradores para R\$ 43,3 milhões entre abril de 2020 e março de 2021. Assembleia de acionistas aprovou aumento da provisão para remuneração global dos administradores para R\$ 43,3 milhões entre abril de 2020 e março de 2021.

*Por Ramona Ordoñez*

Petrobras aumentou a previsão de remuneração de seus principais executivos. O pagamento médio mensal de cada um dos nove diretores-executivos, incluindo o presidente da estatal, poderá chegar a cerca de R\$ 400 mil entre abril deste ano e março de 2021.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da companhia, realizada na última quarta-feira, os acionistas aprovaram a fixação da remuneração para os administradores da companhia em até R\$ 43,3 milhões para o período. No período anterior de 12 meses, o valor provisionado foi de R\$ 32,4 bilhões.

Considerando que são nove diretores-executivos, em média cada um poderia ganhar até R\$ 4,9 milhões por ano, ou R\$ 400 mil por mês, se todos ganhassem o mesmo salário.

A decisão foi tomada em meio ao plano de corte de custos da Petrobras para enfrentar a crise do coronavírus. Em abril, a companhia chegou a anunciar a redução em 25% de salários e carga horária de 21 mil empregados.

A Petrobras informou que não foi alterada a remuneração fixa dos administradores, que não é reajustada desde 2016.

O aumento dos valores provisionados para o pagamento dos administradores se deveu à inclusão da remuneração variável, que é um bônus (o chamado Prêmio por Performance - PPP). Esse bônus é calculado com base nos resultados financeiros de 2019, quando a Petrobras teve um lucro líquido de R\$ 40 bilhões, o maior de sua história.

Pesou também para o aumento do valor total o fato de a remuneração variável referente a 2019 que os diretores vão receber incluir também os vencimentos de um novo cargo criado na cúpula da empresa no ano passado, o de diretor de Transformação Digital e Inovação. Dessa forma, o número total de diretorias aumentou de sete para oito.

Ainda influenciou a cifra o pagamento da segunda parcela da remuneração variável referente ao exercício de 2018 — que os administradores recebem de forma parcelada nos anos subsequentes — e seus respectivos encargos.

Segundo a Petrobras, o montante global para a remuneração da companhia (R\$ 43,3 milhões) é um valor provisionado, calculado com base no cenário que demandaria o desembolso mais alto possível. Portanto não significa que será pago este valor integral.

A empresa justificou o aumento da remuneração variável dos seus principais executivos como uma forma de alinhá-la “aos resultados da companhia e aos desempenhos individuais”. E acrescentou que essa medida está relacionada “ao novo foco da Petrobras de valorizar a meritocracia e maximizar os resultados”.

Segundo a Petrobras, tanto o modelo de remuneração global quanto o de remuneração variável são orientados e aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), ligada ao Ministério da Economia.

### **Novos conselheiros**

Outra decisão tomada na assembleia de acionistas de quarta-feira, foi a ampliação do Conselho de Administração da Petrobras de dez para 11 cadeiras, com a eleição de três novos membros.

O estatuto social da Petrobras estabelece que o colegiado, responsável pelas decisões estratégicas da empresa, deve ter no mínimo sete e no máximo 11 conselheiros.

O almirante Eduardo Barcellar Ferreira foi reconduzido ao cargo de presidente do colegiado. Ele cumprirá novo mandato de dois anos, como propôs o governo federal, acionista majoritário da Petrobras.

A renovação do conselho foi de cinco cadeiras no total. Entram Omar Carneiro da Cunha, ex-presidente da Shell; Paulo César de Souza da Silva, ex-presidente da Embraer; e o executivo Leonardo Pietro Antonelli, todos indicados pela União.

Também assume uma cadeira Rosangela Buzanelli Torres, indicada pelos empregados da companhia. Rodrigo de Mesquita Pereira foi indicado para representar os acionistas minoritários de ações preferenciais. Foram reconduzidos como representantes da União Cox Neto, Ruy Flaks Schneider, Nívio Zivian e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

Marcelo Mesquita teve seu mandato renovado como representante dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 24/07/2020*

## **ENEVA FARÁ PROPOSTA DE R\$7,5 BI POR AES TIETÊ SE TIVER APOIO DO BNDESPAR**

*Por Roberto Samora*

SÃO PAULO (Reuters) - A elétrica Eneva informou nesta quinta-feira que fará nova proposta em torno de 7,5 bilhões de reais para incorporar a AES Tietê, em uma operação envolvendo ações e dinheiro, desde que tenha apoio do BNDESPar, maior acionista da geradora que também tem como sócio o grupo norte-americano AES.

A oferta ocorre após o braço de participações do BNDES, dono de 28,4% da AES Tietê, ter contratado assessor financeiro para buscar interessados na aquisição de sua fatia na geradora. Mas a Eneva quer levar a empresa toda.

"Acreditamos que a nossa proposta seja a melhor. Sendo a melhor proposta que o BNDES recebe, aí colocaremos para a administração da AES", disse o diretor financeiro da Eneva, Marcelo Habibe, à Reuters.

Segundo ele, o banco ficaria com 8,3% da nova companhia. "Ele vai botar um pedaço de dinheiro no bolso, e uma quantidade de ações da Eneva."

A Eneva prevê pagar a transação com 130.498.292 novas ações ordinárias e uma parcela em dinheiro, no valor de 727,89 milhões de reais.

A nova oferta da Eneva, que tem como maiores acionistas o BTG Pactual e a Cambuhy Investimentos, representa um aumento de quase 1 bilhão de reais na comparação com a proposta anterior, rejeitada pela AES Tietê em abril. Mas a oferta prévia tinha uma parcela maior em dinheiro, de 2,75 bilhões de reais.

Procurada na noite de quinta-feira, a AES Tietê disse que no momento não vai se manifestar sobre o tema.

Se for aceita a proposta, os acionistas atuais da Eneva passariam a ter 70% da nova empresa, enquanto os acionistas da companhia hoje controlada pela AES passariam a ter 30%, comentou Habibe.

"A proposta da Eneva foi o evento de maior criação de valor para a AES Tietê. Se a nossa proposta sai ou não é aceita, esse valor todo deveria sumir, seria o evento de maior destruição de valor da AES Tietê", disse o executivo.

Ele argumentou que, se for bem sucedida, a Eneva continuará forte na exploração de gás nas bacias do Parnaíba, Amazonas, na geração de energia térmica, mas terá também um grande apetite em renováveis, ponto forte da AES Tietê.

A empresa disse ainda em fato relevante que relação de troca a ser proposta contemplaria a atribuição de um prêmio de 10% sobre o valor de mercado das duas companhias na data de 23 de julho, segundo a Eneva.

O papel da Eneva fechou esta quinta-feira com alta de 1,3%, a 52,17 reais, enquanto a ação da AES Tietê terminou praticamente estável, a 17,11 reais.

A união das duas companhias criaria uma plataforma "com grande diferencial competitivo, viabilizaria a ampliação da geração de receita e menor volatilidade do fluxo de caixa, além de oferecer um salto de governança corporativa para os acionistas da AES Tietê", disse a Eneva em fato relevante.

"A gente passaria a ser uma companhia super diversificada, passaria a ser uma companhia com térmicas a gás, energia eólica solar, hídrica, com balanço super forte, geração de caixa super forte, com projetos e expertise em todas as fontes de geração de energia do Brasil", ressaltou o executivo.

Pelos termos, a oferta deverá ter relação de troca implícita correspondente a 0,06539522 nova ação ordinária de emissão da Eneva para cada ação ordinária ou preferencial de emissão da AES Tietê ou de 0,32697609 por unit.

*Fonte : Extra Online*

*Data : 24/07/2020*



**JORNAL O GLOBO – RJ**

**PETROBRAS ELEVA PREVISÃO DE PAGAMENTO A DIRETORES. COM SALÁRIOS E BÔNUS, CADA UM PODE GANHAR ATÉ R\$ 400 MIL**

Assembleia de acionistas aprovou aumento da provisão para remuneração global dos administradores para R\$ 43,3 milhões entre abril de 2020 e março de 2021

*Por Ramona Ordoñez*

RIO - A Petrobras aumentou a previsão de remuneração de seus principais executivos. Os salários mensais somados ao bônus (remuneração variável), que será pago no fim deste ano, de cada um dos nove diretores-executivos, incluindo o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, poderão chegar à uma média de R\$ 400 mil entre abril deste ano e março de 2021.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da companhia, realizada na última quarta-feira, os acionistas aprovaram a fixação da remuneração para os administradores da companhia em até R\$ 43,3 milhões para o período. No período anterior de 12 meses, o valor provisionado foi de R\$ 32,4 bilhões.

Considerando que a Petrobras tem nove diretores-executivos, em média cada um poderia ganhar até R\$ 4,8 milhões por ano, que equivaleria a R\$ 400 mil por mês, se todos ganhassem o mesmo salário. Mas essa é apenas uma média dos valores que os executivos poderão ganhar no ano, considerando o bônus (remuneração variável) que será pago somente no fim do ano.

A decisão foi tomada em meio ao plano de corte de custos da Petrobras para enfrentar a crise do coronavírus. Em abril, a companhia chegou a anunciar a redução em 25% de salários e carga horária de 21 mil empregados.

A Petrobras informou que não foi alterada a remuneração fixa da diretoria, que não é reajustada desde 2016.

O aumento dos valores provisionados para o pagamento dos administradores se deveu ao aumento da remuneração variável, que é um bônus (o chamado Prêmio por Performance - PPP). Esse bônus é calculado com base nos resultados financeiros de 2019, quando a Petrobras teve um lucro líquido de R\$ 40 bilhões, o maior de sua história.

Também contribuiu para o aumento do valor da remuneração variável referente a 2019 que os diretores vão receber o fato de ter sido criado, no ano passado, um novo cargo na cúpula da Petrobras, o de diretor de Transformação Digital e Inovação.

A cadeira atualmente é ocupada por Nicolás Simone. Assim, os vencimentos desse novo cargo foram incluídos na conta, e o número total de diretorias aumentou de sete para oito.

Ainda influenciou a cifra o pagamento da segunda parcela da remuneração variável referente ao exercício de 2018 — que os administradores recebem de forma parcelada nos anos subsequentes — e seus respectivos encargos.

Segundo a Petrobras, o montante global para a remuneração da companhia (R\$ 43,3 milhões) é um valor provisionado, calculado com base no cenário que demandaria o desembolso mais alto possível. Portanto não significa que será pago este valor integral.

A empresa justificou o aumento da remuneração variável dos seus principais executivos como uma forma de alinhá-la “aos resultados da companhia e aos desempenhos individuais”. E acrescentou que essa medida está relacionada “ao novo foco da Petrobras de valorizar a meritocracia e maximizar os resultados”.

Segundo a Petrobras, tanto o modelo de remuneração global quanto o de remuneração variável são orientados e aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), ligada ao Ministério da Economia.

### **Novos conselheiros**

Outra decisão tomada na assembleia de acionistas de quarta-feira, foi a ampliação do Conselho de Administração da Petrobras de dez para 11 cadeiras, com a eleição de cinco novos membros.

O estatuto social da Petrobras estabelece que o colegiado, responsável pelas decisões estratégicas da empresa, deve ter no mínimo sete e no máximo 11 conselheiros.

O almirante Eduardo Barcellar Ferreira foi reconduzido ao cargo de presidente do colegiado. Ele cumprirá novo mandato de dois anos, como propôs o governo federal, acionista majoritário da Petrobras.

A renovação do conselho foi de cinco cadeiras no total. Entram Omar Carneiro da Cunha, ex-presidente da Shell; Paulo César de Souza da Silva, ex-presidente da Embraer; e o executivo Leonardo Pietro Antonelli, todos indicados pela União.

Também assume uma cadeira Rosangela Buzanelli Torres, indicada pelos empregados da companhia. Rodrigo de Mesquita Pereira foi indicado para representar os acionistas minoritários de ações preferenciais.

Foram reconduzidos como representantes da União Cox Neto, Ruy Flaks Schneider, Nivio Zivian e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

Marcelo Mesquita teve seu mandato renovado como representante dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 24/07/2020*

## **MAIA SE REÚNE COM GUEDES E DEFENDE UNIÃO ENTRE CONGRESSO E GOVERNO PARA APROVAR REFORMAS**

Segundo ele, foi uma visita de cortesia para 'tirar de frente qualquer tipo de ruído nas relações entre governo e Parlamento'

*Por Manoel Ventura*

BRASÍLIA — Em tom conciliador, o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) disse nesta quinta-feira que o momento é de diálogo e união de esforços com o governo. Ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, o deputado afirmou que sempre confiou no chefe da equipe econômica e sinalizou apoio às pautas consideradas prioritárias para o governo.

— Acho que está na hora de a gente voltar a ter reuniões periódicas, permanentes. Sempre tive uma enorme confiança no ministro Paulo Guedes. Na minha última eleição para Presidência da Câmara, o ministro Paulo Guedes foi decisivo e eu vim aqui dizer a ele isso, do meu compromisso de pauta da modernização do Estado brasileiro, de melhoria do ambiente de negócio do setor privado — disse.

O presidente da Câmara e o ministro da Economia andavam afastados nos últimos meses. Eles não se falavam desde o impasse criado na tramitação do socorro financeiro aos estados e municípios, em maio. A proposta só foi encaminhada após costura do governo com o Senado.

Agora, eles ensaiam uma aproximação em busca de entendimento sobre a pauta econômica. Maia foi ao Ministério da Economia nesta quinta-feira, junto com o ministro das Comunicações, Fábio Faria.

Maia afirmou ser necessário "tirar da frente" qualquer ruído sobre a relação com o governo federal. Segundo ele, os projetos do governo começarão a ser votados em agosto.

— Nós sabemos que o governo tem demandas importantes que já estão na Câmara e que vão à votação a partir de agosto, a lei do gás, de recuperação judicial, a lei cambial, que o Banco Central já vem há muito tempo — afirmou.

Maia ressaltou a importância de se melhorar a qualidade do gasto público brasileiro e de se criar um melhor ambiente para investimentos do capital privado no País. Segundo ele, o encontro foi uma visita de cortesia.



— Vim aqui hoje dizer que estou à disposição para continuar dialogando e tirar da frente qualquer tipo de ruído nas nas relações do governo com parte do Parlamento - disse à imprensa logo após o encontro — acrescentou.

A reunião também serviu para discutir a reforma tributária, enviada por Guedes ao Congresso na terça-feira.

Questionado, Maia evitou responder sobre medidas de desoneração da folha de pagamento e a consequente recriação de um imposto nos moldes da CPMF para bancá-la.

— A reunião de hoje foi para demonstrar união de esforços, não divisão. Tudo aquilo que nos divide vai ficar para frente — disse.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 24/07/2020*

## **APÓS OITO ANOS, PETROBRAS VOLTARÁ A CONTRATAR PLATAFORMAS PRÓPRIAS, O QUE DEVE IMPULSIONAR INDÚSTRIA NACIONAL**

Unidades ficarão no campo gigante de Búzios, no pré-sal. Duas serão construídas para a estatal, ao custo estimado de US\$ 2 bilhões cada

*Por Ramona Ordoñez*



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24549642-87c-684/FT1086A/652/xplat.jpg.pagespeed.i.c.tbuwBKPZXL.jpg>

*A plataforma P-51 da Petrobras Foto: Rich Press / Bloomberg via Getty Images*

RIO- Após cerca de oito anos sem encomendar plataformas próprias para a produção de petróleo, a Petrobras vai às compras. A diretoria da companhia aprovou na última quinta-feira o início dos processos de contratação de três novas plataformas para o campo gigante

de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. Dessas, duas serão próprias. A terceira será afretada, ou seja, alugada.

Segundo executivos do setor, o custo dessas unidades é estimado em US\$ 2 bilhões cada no mercado internacional. Ou seja, as duas plataformas que ainda serão construídas podem somar US\$ 4 bilhões em encomendas, parte delas no Brasil.

A estimativa não considera os chamados equipamentos subsea (que ligam a plataforma aos poços no fundo do mar), que também serão contratados.

As três plataformas serão do tipo FPSO (navio-plataforma). As duas que serão construídas para a estatal terão capacidade de produção de 180 mil barris e já foram até batizadas, P-78 e P-79. A previsão é que elas entrem em operação em 2025.

A encomenda de duas plataformas próprias deve trazer alento à indústria nacional, por conta da obrigatoriedade legal para que parte de seus componentes seja adquirida no país. O conteúdo local de todas as três unidades tem conteúdo local mínimo de 25%, segundo a estatal. O conteúdo local é distribuído em três grupos: máquinas e equipamentos, engenharia e montagem.

Segundo a Petrobras, também serão contratadas árvores de natal molhadas (ANMs) — equipamentos submarinos necessários para controle do fluxo dos fluidos produzidos ou injetados nos poços —, sondas, serviços de poços e sistema submarino de coleta e exportação.

A expectativa é que as contratações dos FPSOs e das ANMs sejam concluídas e os contratos assinados em 2021.

Búzios é o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo. Atualmente, há quatro unidades em operação nele, que respondem por mais de 20% da produção total da Petrobras e mais de 30% da produção dos campos do pré-sal.

*Fonte : O Globo - RJ*

*Data : 24/07/2020*

## **O ESTADO DE S. PAULO**

### **O ESTADO DE SÃO PAULO - SP**

#### **PETROBRÁS APROVA CONTRATAÇÃO DE TRÊS NOVAS PLATAFORMAS PARA O PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS**

A primeira delas deve começar a operar, no campo de Búzios, no segundo semestre de 2024; as quatro unidades que funcionam no local respondem por mais de 20% da produção total da empresa

*Por André Vieira, O Estado de S.Paulo*

A diretoria da Petrobrás aprovou a contratação de três novas plataformas do tipo Floating Production Storage and Offloading (FPSOs) para operar no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos.

Segundo a petroleira, a primeira das três novas plataformas, chamada de FPSO Almirante Tamandaré, tem sua produção prevista para o segundo semestre de 2024. "O FPSO será afretado com capacidade de processamento diário de 225 mil barris de óleo e 12 milhões de metros cúbicos de gás, e será a maior unidade de produção de petróleo a operar no Brasil e uma das maiores do mundo", informou a estatal.

As duas demais unidades (P-78 e P-79) serão contratadas na modalidade Engineering, Procurement and Construction (EPC) e terão capacidade para processar diariamente 180 mil barris de óleo e 7,2 milhões de metros cúbicos de gás, cada uma. A previsão é de que as plataformas entrem em operação em 2025.

#### **Petrobrás**

Plataforma da Petrobrás na Bacia de Santos. Foto: Fabio Motta/Estadão - 18/12/2018

A Petrobrás contratará também árvores de natal molhadas, as ANMs (equipamentos que fazem parte do sistema submarino de produção), sondas, serviços de poços e sistema de coleta. São esperadas que as contratações dos FPSOs e das ANMs sejam concluídas em 2021, e as demais se iniciem nos próximos 18 meses.

As três novas plataformas fazem parte de um plano total de instalar 12 FPSOs no campo de Búzios, que se tornará no maior ativo da companhia, produzindo mais de 2 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed).

Atualmente, há quatro unidades em operação em Búzios, que respondem por mais de 20% da produção total da Petrobrás. A quinta plataforma, o FPSO Almirante Barroso, está em construção e tem início de produção previsto para o segundo semestre de 2022.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 24/07/2020*

#### **BANCO DO BRICS ELEGE A SUSTENTABILIDADE COMO FOCO DOS INVESTIMENTOS NO PÓS-PANDEMIA**

Em 2021, NDB (sigla em inglês para Novo Banco de Desenvolvimento) deve investir até US\$ 1 bilhão no País em infraestrutura e logística

*Por Irany Tereza, O Estado de S.Paulo*

RIO - O banco do Brics, que anunciou nesta semana o financiamento de US\$ 1 bilhão ao governo brasileiro para auxílio a programas sociais de combate à covid-19, avalia atualmente uma carteira de investimentos no País que soma US\$ 820 milhões, ou seja, mais de R\$ 4 bilhões. A maior parte disso (US\$ 500 milhões) é negociação direta com empresas privadas, e pode começar a ser aprovada até o fim deste ano. Para 2021, o volume dos projetos em análise pode passar de US\$ 1 bilhão, dependendo de como o cenário vai evoluir.

São projetos de infraestrutura e logística que têm de se encaixar no que o NDB (sigla em inglês para Novo Banco de Desenvolvimento) elegeu como foco prioritário, especialmente no pós-pandemia: sustentabilidade. O que há alguns anos vinha ganhando importância nos investimentos foi alçado pela crise sanitária mundial à categoria preferencial entre os critérios para aporte de recursos. O Brasil terá de correr para não ficar muito atrás no páreo. No próprio portfólio do banco, por exemplo, estamos em último lugar na destinação de recursos em relação aos demais países do bloco (China, Rússia, Índia e África do Sul).



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/4/3/1595554409934.jpg>

*Cláudia Prates - Para Cláudia, diretora do NDB, 'este é um ano atípico, de ajuste de expectativas'. Foto: NDB*

Mais recente entre os grandes organismos multilaterais, o NDB espera concluir em breve a estruturação financeira para atuar com project finance (tipo de financiamento que é pago com a própria receita do empreendimento). O banco opera somente com grandes cifras. O tíquete mínimo gira em torno de R\$ 50 milhões. Para empresas privadas há um teto, hoje fixado em US\$ 300 milhões.

Foi esse o valor destinado à Vale no fim do ano passado para a melhoria do conjunto logístico de ferrovia e porto no Pará e Maranhão. No ano anterior, US\$ 200 milhões haviam sido destinados à Petrobrás, para programas de redução de emissão em duas refinarias, no Rio e em Minas. Foram as primeiras operações para o setor privado, que envolveram muita negociação ambiental com duas das maiores empresas brasileiras. Também as duas que protagonizaram os casos mais notórios de desastres ambientais no País.

O escritório no Brasil começou a funcionar muito recentemente. Apenas no mês passado a Câmara dos Deputados aprovou a criação da sede regional em São Paulo, apesar de o banco do Brics ter sido criado há seis anos. "Queremos ser conhecidos. Mostrar o banco, visitar o setor de infraestrutura e mostrar como a gente opera", disse Cláudia Prates, diretora-geral do NDB no Brasil, comentando sobre o trabalho de prospecção que pretende acelerar logo que passada a pandemia.

### **Comando**

Por enquanto, as negociações estão sendo virtuais. A partir deste mês, o NDB passou a ser presidido também por um brasileiro, Marcos Troyjo, que era secretário de Comércio Exterior, no Ministério da Economia, de Paulo Guedes. Tem mandato de cinco anos, no esquema de rodízio formado pelos cinco países.

Talvez seja mais uma oportunidade de o Brasil saber utilizar os mecanismos do organismo multilateral. O antecessor de Troyjo, o indiano Kundapur Vaman Kamath, citou, no encontro do ano passado, o interesse do banco em participar de Parcerias Público-Privadas e privatizações. Nada disso aconteceu ainda. Até porque pouca evolução tiveram os projetos. A atual direção do banco estuda o financiamento de projetos de energia, transportes e saneamento.

Pode participar até das licitações que o BNDES prepara e que o governo mantém a esperança de conceder ainda este ano à iniciativa privada. O banco do Brics deverá participar do financiamento dos investimentos necessários para que o concessionário busque atingir as metas de universalização.

“Este é um ano atípico, de ajuste de expectativas. O banco é focado em infraestrutura e, quando veio a pandemia, houve uma votação para atender aos países-membros com o que seria mais necessário. Então, foi aprovado um projeto de US\$ 10 bilhões dividido igualmente para os cinco”, explica Cláudia, falando sobre os recursos aprovados esta semana para o Brasil, de US\$ 1 bilhão. A verba de emergência terá mais US\$ 1 bilhão para o governo de cada país, com prazo de liberação até o fim de 2021, para a fase de recuperação econômica.

Há uma certeza no banco da relação estreita entre a pandemia e o clima. E o que se espera é uma mudança de paradigmas em relação ao investimento em infraestrutura. Não apenas em relação à redução de emissão de gases, mas também projetos que tornem os países mais preparados para enfrentar choques climáticos, econômicos ou mesmo de saúde pública, como o atual. “Saneamento e mobilidade urbana podem tornar as cidades mais sustentáveis”, diz a executiva. “Vamos ter eleição em breve, embora ninguém saiba direito quando. O que estamos planejando para o ano que vem é fazer uma grande troca de informações para saber como o banco pode ajudar nessa parte de mobilidade urbana, junto com outros multilaterais.”

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 24/07/2020*

## **CVM ADMITE QUE MUDANÇAS REGULATÓRIAS PARA AGENTES AUTÔNOMOS PODEM FICAR PARA 2021**

Segundo superintendente, ponto mais polêmico da discussão é exclusividade dos agentes autônomos na distribuição de valores mobiliários

*Por Pedro Hallack, O Estado de S.Paulo*

O superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Daniel Maeda, afirmou nesta quinta-feira, 23, que a autarquia ainda planeja discutir as mudanças da instrução 497 - que regula a profissão de agentes autônomos - em 2020. No entanto, o dirigente reconheceu que a pandemia de covid-19 atrapalhou o calendário da CVM e pode deixar uma decisão para o começo de 2021.

### **B3**

Atualmente, agentes autônomos só podem distribuir algumas classes de ativos, exclusivamente por uma corretora. Foto: Daniel Teixeira/Estadão

“Também fomos atropelados pelo coronavírus, migrando a equipe para o teletrabalho e dedicando grande parte da nossa energia para responder às dúvidas e anseios do mercado no novo contexto”, disse durante live promovida pela Genial Investimentos. “Não teve jeito, os projetos regulatórios acabaram atrasando. A discussão continua na fila para este ano e é tratada com a devida importância, mas não podemos garantir que o colegiado vai decidir sobre o tema em 2020.”

Segundo Maeda, o ponto mais polêmico na visão dos reguladores diz respeito à exclusividade dos agentes autônomos na distribuição de valores mobiliários. Hoje, os agentes só podem distribuir algumas classes de ativos - como investimentos em renda variável e alguns títulos de dívida corporativa - exclusivamente por uma corretora. Outras aplicações - fundos e papéis de renda fixa como CDBs, LCIs e LCAs - podem ser distribuídas por mais de uma casa. A CVM discute o fim da exclusividade para todos os ativos.

“Essa exclusividade não existia até 2011. Criamos essa norma para reduzir o número de irregularidades que aconteciam anteriormente, impulsionadas pela dificuldade em fiscalizar quem eram os responsáveis por falhas no sistema: o agente ou a corretora?”, analisou. O superintendente da autarquia admite que o órgão está dividido em relação ao tema, que causa certa polêmica na área técnica.

Por outro lado, ele enxerga que os debates para facilitar a portabilidade de investimentos e permitir a entrada de sócios-investidores no quadro societário dos escritórios de agentes autônomos são menos complexos e são bem vistos pela instituição. Hoje, muitos participantes do



mercado reclamam da demora e excesso de burocracia para o investidor migrar suas aplicações de uma corretora para outra. Antes da pandemia, algumas casas exigiam assinatura com firma reconhecida em cartório para autorizar a mudança. A ideia da CVM é padronizar o processo e torná-lo mais prático, de preferência digital.

Em relação aos sócios-investidores, hoje a regulação permite que apenas agentes autônomos sejam sócios dos escritórios. Parte significativa do mercado pede para a CVM liberar a entrada de sócios sem o certificado de agente autônomo, emitido pela Ancord, para impulsionar os investimentos no setor. A barreira aos sócios-investidores, inclusive, ajuda a explicar o movimento recente da EQI Investimentos, um dos maiores escritórios do Brasil, que deixou a XP para se transformar em uma corretora ligada ao BTG Pactual.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 24/07/2020*

## **COM ESCALADA DE TENSÕES EUA-CHINA, MERCADOS INTERNACIONAIS TÊM QUEDA GENERALIZADA**

Mau humor se instalou após o governo chinês ordenar nesta sexta o fechamento do consulado dos EUA em Chengdu, no sudoeste do país asiático, em até 72 horas, num gesto de retaliação a Washington

*Por Sérgio Caldas, O Estado de S.Paulo*

As Bolsas da Ásia e do Pacífico fecharam em baixa generalizada nesta sexta-feira, 24, reagindo a uma nova escalada nas tensões entre Estados Unidos e China. Os mercados chineses lideraram as perdas.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/8/8/1/574460195988.jpg>

*Trump e Xi durante encontro bilateral, na cúpula do G-20, em Osaka, Japão Foto: Kevin Lamarque/Reuters - 2019*

também num prazo de 72 horas. Os EUA alegam que o consulado em Houston era utilizado para espionar cidadãos americanos. Já Pequim acusa o corpo diplomático americano em Chengdu de interferir em questões internas da China.

No fim da tarde de quinta-feira, 23, o governo dos EUA já havia elevado o tom em relação à China. O presidente americano, Donald Trump, minimizou a importância do pacto comercial selado entre os dois países no dia 15 de janeiro deste ano. "O acordo comercial com a China significa muito menos para mim hoje do que quando o assinei", disse Trump, em coletiva. Trump também voltou a responsabilizar a China pela pandemia de coronavírus. "O mundo inteiro foi infectado porque a China não parou o coronavírus", afirmou.

Já o Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, disse que a China está cada vez mais autoritária e agressiva e que Trump havia decidido dar "um basta". Pompeo também pediu mudanças nas práticas do Partido Comunista da China e acusou o presidente do país, Xi Jinping, de acreditar em uma "ideologia totalitária falida".

### **Bolsas da Ásia e do Pacífico**

O índice acionário Xangai Composto encerrou os negócios com queda de 3,86%, a 3.196,77 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto sofreu tombo de 5%, a 2.138,36 pontos.

Em outras partes da Ásia, o índice Hang Seng caiu 2,21% em Hong Kong, a 24.705,33 pontos, enquanto o sul-coreano Kospi recuou 0,71% em Seul, a 2.200,44 pontos, e o Taiex registrou baixa de 0,88% em Taiwan, a 12.304,04 pontos. No Japão, a Bolsa de Tóquio não operou pelo segundo dia seguido devido a feriados.

Na Oceania, a bolsa australiana ficou igualmente no vermelho, influenciada também pela disseminação da covid-19 no Estado de Victoria. O S&P/ASX 200 caiu 1,16% em Sydney, a 6.024,00 pontos.

### **Bolsas da Europa**

As Bolsas europeias abriram o pregão desta sexta-feira em baixa, reagindo à escalada de tensões entre EUA e China. Horas atrás, a China ordenou o fechamento do consulado dos EUA em Chengdu, em retaliação à decisão de Washington de fechar o consulado chinês em Houston. Além disso, o presidente dos EUA, Donald Trump, e o Secretário de Estado americano, Mike Pompeo, criticaram a China fortemente. Às 4h15, no horário de Brasília, a Bolsa de Londres caía 1,34%, a de Frankfurt recuava 1,71% e a de Paris se desvalorizava 1,49%. Já as de Milão, Madri e Lisboa tinham baixas de 1,45%, 1,12% e 0,66%, respectivamente.

### **Petróleo**

Os contratos futuros do petróleo operam em alta nesta manhã, revertendo movimento de queda da madrugada e ensaiando uma recuperação após acumular perdas nas duas sessões anteriores, apesar de crescentes tensões entre EUA e China. Horas atrás, a China ordenou o fechamento do consulado dos EUA em Chengdu, em retaliação à decisão de Washington de fechar o consulado chinês em Houston. Às 5h43 (de Brasília), o barril do petróleo WTI para setembro avançava 0,90% na Nymex, a US\$ 41,44, enquanto o do Brent para o mesmo mês subia 0,83% na ICE, a US\$ 43,67.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP*

*Data : 24/07/2020*



Informação que vira dinheiro.

## **VALOR ECONÔMICO (SP)**

### **ASSOCIATIVISMO IMPULSIONA O DESEMPENHO EM SC**

Associativismo impulsiona o desempenho em SC Polo de tecnologia já representa 5,8% da economia do Estado

*Por Dauro Veras — De Florianópolis 24/07/2020 05h02 Atualizado*

Líder em produtividade entre os principais núcleos de inovação do Brasil, o polo de tecnologia de Santa Catarina credita o bom desempenho em grande parte ao associativismo. A cooperação entre startups, universidades, corporações e poder público é chave para o crescimento contínuo do setor, que já representa 5,8% da economia do Estado. Suas 11,2 mil empresas empregam 51,8 mil pessoas e em 2019 faturaram R\$ 100 mil por trabalhador, enquanto a média nacional é de R\$ 72 mil, segundo o estudo Tech Report, da Associação Catarinense de Tecnologia (Acate) e Neoway.

“A cultura da troca de experiências dá grande impulso à governança das empresas”, ressalta Iomani Engelmann, que em junho assumiu a gestão da Acate. As 13 verticais de negócios coordenadas pela associação aglutinam segmentos afins como economia criativa, manufatura, educação, energia, saúde, fintechs e IoT (internet das coisas, em inglês). As empresas se apoiam mutuamente na prospecção de mercados, qualificação de pessoal e busca de soluções para problemas comuns.

Engelmann acrescenta como ingredientes do bom resultado do polo o respeito às vocações econômicas regionais e uma política consistente para atrair e reter talentos. Há hoje centenas de vagas de trabalho abertas nas empresas do setor. “Queremos fortalecer um programa de



migração de pessoas para a área tecnológica por meio de formação complementar, e despertar o interesse dos jovens desde o fim do ensino básico”, afirma.

Entre as iniciativas da Acate está o LinkLab, programa de inovação aberta que conecta médias e grandes empresas a startups. Criado há três anos, ele conta com a participação de 31 corporações, como Ambev, Weg e Whirlpool. Uma chamada aberta divulgada este mês abriu 116 oportunidades para que startups resolvam desafios. Dez modelos de relacionamento foram mapeados pelo laboratório, desde a venda simples à criação de canais de distribuição, validação de conceitos, testes de protótipos e investimentos.

A parceria entre a Engie, maior geradora privada de energia do Brasil, e a Kartado, é um exemplo dos resultados. A startup havia desenvolvido um sistema digital para auxiliar na conservação de rodovias e o adaptou para gestão de serviços em reservatórios de hidrelétricas. Com a inovação foi possível obter diversos ganhos de produtividade. “Estamos implantando a ferramenta em 13 ativos de geração hidráulica e até o fim de 2021 vamos chegar a 25 empreendimentos, incluindo solares e eólicos”, conta o coordenador de inovação, pesquisa e desenvolvimento da Engie, Rafael Calado.

“O diferencial para startups que querem trabalhar com grandes corporações é saber ouvir e colocar uma equipe dedicada para resolver o problema”, afirma o fundador da Kartado, Pedro Fornari. “Agilidade é um ponto forte nesse tipo de cooperação.” A intenção, diz, é ampliar o mercado para grandes infraestruturas - portos e aeroportos -, e serviços públicos municipais. Entre as aplicações do software estão gestão de obras públicas e o serviço de coleta de lixo.

Outra iniciativa bem sucedida se deu entre a Cervejaria Ambev e a WiFeed. A startup criou um aplicativo que usa o wi-fi como canal de mídia digital para gerar inteligência ao varejo. Em troca do acesso gratuito à internet sem fio, o cliente recebe publicidade segmentada e interativa. A indústria de bebidas fechou contrato para um projeto-piloto em dez quiosques de chope Brahma em quatro Estados. “O LinkLab foi um divisor de águas”, conta o diretor-presidente da WiFeed, Bruno Guimarães, de 24 anos. “É um ambiente que inspira as pessoas a trabalhar e traz um nível de conexão fenomenal.”

“Nos últimos dois anos, fizemos negócios com cerca de 180 startups do Brasil inteiro, desde pilotos até a construção de joint-ventures”, conta o líder de inovação da Ambev, Bruno Stefani.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 24/07/2020*

## **PETROBRAS APROVA CONTRATAÇÃO DE TRÊS NOVAS PLATAFORMAS PARA CAMPO DE BÚZIOS**

As três novas unidades fazem parte do plano de desenvolvimento, que prevê um total de 12 unidades instaladas até o fim da década

*Por Raquel Brandão, Valor — São Paulo*



A diretoria da Petrobras aprovou nesta sexta-feira o início dos processos de contratação de três novas plataformas do tipo Floating Production Storage and Offloading (FPSOs) para o campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos.

[https://s2.glbimg.com/5wXn218zPQ6Q5FneNZxlz\\_Ncfcg=/0x0:600x450/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/N/I/Dd5eo1SQakpLCmWoX83A/plataforma-p75-no-campo-de-buzios-pre-sal-bacia-santos.png](https://s2.glbimg.com/5wXn218zPQ6Q5FneNZxlz_Ncfcg=/0x0:600x450/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/N/I/Dd5eo1SQakpLCmWoX83A/plataforma-p75-no-campo-de-buzios-pre-sal-bacia-santos.png)

— Foto: Divulgação/Petrobras

As três novas unidades fazem parte do plano de desenvolvimento do ativo, que prevê um total de 12 unidades instaladas até o fim da década. Ao término da fase de desenvolvimento, é esperado que o campo de Búzios produza mais de 2 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), tornando-se o maior ativo de produção da estatal.

A primeira das três novas unidades será o FPSO Almirante Tamandaré com entrada em produção prevista para o segundo semestre de 2024. O FPSO será afretado com capacidade de processamento diário de 225 mil barris de óleo e 12 milhões de metros cúbicos de gás, tornando-se a maior produção no Brasil.

As outras duas unidades, P-78 e P-79, serão contratadas na modalidade 'Engineering, Procurement and Construction' (EPC) e terão capacidade para processar diariamente 180 mil barris de óleo e 7,2 milhões de metros cúbicos de gás, cada uma. A previsão é de que as plataformas entrem em operação em 2025.

A Petrobras contratará também árvores de natal molhadas (ANMs), sondas, serviços de poços e sistema de coleta. A expectativa é de que as contratações dos FPSOs e das ANMs sejam concluídas em 2021, e as demais se iniciem nos próximos 18 meses.

Atualmente, há quatro unidades em operação em Búzios, que respondem por mais de 20% da produção total da Petrobras. A quinta plataforma, o FPSO Almirante Barroso, está em construção e tem início de produção previsto para o segundo semestre de 2022.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 24/07/2020*

## **SCANIA APOSTA EM SERVIÇOS DE LOGÍSTICA PARA O AGRONEGÓCIO**

Tecnologia ajuda a levar mais carga por caminhão e reduzir os custos de transporte

*Por Marina Salles, Valor — São Paulo*

A LOTS Group, startup da fabricante de caminhões Scania, aposta no agronegócio brasileiro para crescer. Em 2020, 60% da receita virá do segmento no Brasil. O grupo sueco não revela o faturamento do negócio.

Há três anos no mercado, a LOTS atua na otimização de processos logísticos. No Brasil, as operações da empresa estão baseadas no setor canavieiro. A tecnologia ajuda a levar mais carga por caminhão e reduzir os custos por tonelada transportada.

De acordo com a LOTS, as usinas atendidas conseguem retorno de até 30% na sua operação com a otimização prestada pela agtech.

O serviço da startup custa de R\$ 7 a R\$ 15 por tonelada de cana carregada. Na safra 2020/21, atendendo às unidades da Cocal em Paraguaçu Paulista e Narandiba (SP) e a UMOE Bioenergy, a LOTS prevê movimentar 5,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Em até dois anos, a empresa quer entrar também para o segmento de grãos no Brasil, conta Huber Mastelari, diretor presidente da LOTS Group na América Latina.

“Na cana, nossa operação está concentrada dentro das fazendas, mas temos tecnologia para monitorar caminhões no trajeto até o porto”, diz Mastelari.

A expectativa do executivo é aproveitar o crescente escoamento pelo Arco Norte para pensar em vias inteligentes junto a concessionárias que possam assumir a BR-163, que vai de Sinop (MT) até Miritituba (PA).

Para alcançar o objetivo de transportar mais carga por caminhão e reduzir os custos por tonelada transportada, a startup tem sua própria frota de veículos e treina sua equipe de motoristas, que é acompanhada diretamente de “torres de controle”. Dessas instalações, tudo é monitorado em média por um operador para cada 25 caminhões.

Operacional no Brasil desde 2018, a iniciativa da Scania começou com uma frota de 18 caminhões, que passaram a 38 em 2019 e devem chegar a 88 veículos em 2020. Para 2021, a meta é elevar o número de veículos para 150 a 200, ainda sem considerar o transporte de grãos.

Ao todo, a LOTS tem 370 funcionários, sendo 300 deles motoristas de caminhão. Fora do Brasil, atua também nos segmentos portuário, florestal e de mineração.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 24/07/2020

## EMBAIXADOR CHINÊS DIZ QUE OS EUA TENTAM ALTERAR LEIS DA ECONOMIA

Embaixador chinês diz que os EUA tentam alterar leis da economia. Embaixador chinês critica governo americano, grande aliado do Brasil, por usar força política para interromper artificialmente as cadeias globais.

Por Monica Gugliano — Para o Valor, de São Paulo 24/07/2020 05h02 Atualizado



[https://s2.glbimg.com/KLj6CZPY\\_IG22jRB5NxXs4BWzac=/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/p/I/Fp98BOTnCBQAs5hup3kw/foto24cul-601-entrev-d12.jpg](https://s2.glbimg.com/KLj6CZPY_IG22jRB5NxXs4BWzac=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/p/I/Fp98BOTnCBQAs5hup3kw/foto24cul-601-entrev-d12.jpg)

**Yang Wanming, embaixador chinês no Brasil: “Nenhuma diferença ideológica entre as duas partes deve ser generalizada ou politizada”, diz — Foto: Leo Pinheiro/Valor**

Há pouco mais de 18 meses em Brasília, onde assumiu a embaixada do maior parceiro comercial do Brasil, o embaixador chinês Yang Wanming, de 56 anos, fez um intensivo em português e tem respondido com elegância e pragmatismo as críticas feitas à China por setores do governo, pelo presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores nas redes sociais. A longa parceria cultivada em 46 anos de relações diplomáticas, diz ele, não vai mudar por causa das novas orientações da política externa brasileira, como nunca alinhada aos EUA.

O mesmo não ocorre quando o assunto vai para o terreno dos negócios. Em meio ao debate sobre novas tecnologias, em especial a quinta geração de internet móvel, 5G, Yang diz que a China não pressionará nenhum país na escolha do fornecedor, no caso a Huawei. No entanto, é absolutamente contrário ao uso de “meios administrativos” nessa opção.

Ao falar sobre a pressão que o governo Trump tem feito sobre o Brasil para a adoção de tecnologia dos EUA, diz: “A constante invenção de boatos e a ideologização de assuntos meramente comerciais ou tecnológicos têm como objetivo cercear empresas chinesas de alta tecnologia e impedir a liderança chinesa nessa área.



Além de minar a normalidade da cooperação internacional no 5G e em outras tecnologias de telecomunicação, essa atitude vai contra a proteção da cibersegurança que dizem defender”.

[https://s2.glbimg.com/aKvcsWzaU8pUIQApSdSixQDMWcY=/0x0:2463x2042/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2020/f/M/2mncdUQ6echngG6cGkLQ/foto24cul-602-entrev-d12.jpg](https://s2.glbimg.com/aKvcsWzaU8pUIQApSdSixQDMWcY=/0x0:2463x2042/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/f/M/2mncdUQ6echngG6cGkLQ/foto24cul-602-entrev-d12.jpg)

**“O que está em jogo é a capacidade de um governo criar ambiente de negócios e regras de mercado dentro dos parâmetros de equidade e não discriminação” — Foto: Leo Pinheiro/Valor**

No mesmo tom, refere-se ao clima de tensão entre China e EUA. “A ‘dissociação com a China’ pregada por alguns políticos americanos é uma tentativa de alterar as leis da economia pela força

política e interromper artificialmente as cadeias globais de produção e de suprimento. Isso não é realista, nem sensato, e, com certeza, não terá aprovação da comunidade internacional.”

***Leia, a seguir, a entrevista concedida ao Valor, por e-mail:***

**Valor:** Em que medida o senhor acha que mudanças em orientações da política externa brasileira podem afetar as relações entre os dois países neste momento?

**Yang Wanming:** Em 46 anos de relações diplomáticas, a China e o Brasil têm mantido uma parceria estável e com perspectiva de longo prazo, independentemente das circunstâncias internacionais e dos percursos de desenvolvimento de cada um dos países. Preservar e desenvolver, da melhor forma, a amizade e a cooperação bilaterais corresponde ao interesse fundamental de ambas as partes e constitui um amplo consenso entre diversos setores das sociedades brasileira e chinesa. Como o maior país em desenvolvimento nos hemisférios Oriental e Ocidental, China e Brasil compartilham os mesmos interesses estratégicos ao promover o crescimento equilibrado das forças mundiais e a democratização das relações internacionais. Neste momento, os dois países enfrentam as tarefas de mitigar os impactos da pandemia, recuperar as atividades econômicas e melhorar as condições de vida da população, portanto, compartilham vasto campo de convergência em múltiplas agendas globais, como responder a crises de saúde pública, defender a globalização e promover a liberalização e a facilitação do comércio. Nenhuma diferença ideológica entre as duas partes deve ser generalizada ou politizada, tampouco será obstáculo para o aprofundamento da cooperação de benefício recíproco entre China e Brasil.

A China tem uma visão coerente e de longo prazo no tocante ao desenvolvimento das relações com o Brasil. Estamos confiantes de poder trabalhar com o lado brasileiro a fim de diminuir as divergências, aumentar a confiança mútua, eliminar as interferências e expandir as cooperações para que as relações bilaterais possam ser aprofundadas e crescer de maneira contínua, trazendo benefícios aos dois povos.

**Valor:** O senhor crê que seja possível a construção de uma relação com a China que resulte em estratégias conjuntas para setores como os de tecnologia?

**Yang:** Parte importante da parceria sino-brasileira é a cooperação científica e tecnológica, que abrange uma ampla gama de áreas, como tecnologia espacial, informação e telecomunicação, novas energias, novos materiais, ciências agrárias e pesquisa básica. Desde a década de 1980, os dois países desenvolveram e lançaram em conjunto cinco satélites de recursos terrestres, em um programa que é considerado um exemplo bem-sucedido de cooperação Sul-Sul em alta tecnologia. Nos últimos anos, várias empresas chinesas de tecnologia estão atuando no mercado brasileiro, algumas delas estabeleceram também centro de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, um mecanismo de diálogo de alto nível sobre ciência, tecnologia e inovação entre os dois governos permite comunicações frequentes para planejar as cooperações bilaterais desse assunto.

Atualmente, a China está implementando uma estratégia de desenvolvimento movido a inovação. A parceria bilateral na tecnologia e inovação tem evidentes vantagens e forte complementaridade. A crise da saúde pública fez prosperar na China e no Brasil novos modelos de negócio como a economia digital e a compra on-line. As empresas devem intensificar os diálogos e identificar oportunidades de parceria em novas áreas, como economia on-line, internet das coisas, inteligência artificial, cidades inteligentes e biotecnologia, colocando, com isso, a parceria bilateral em um novo patamar. A tecnologia 5G é um pilar importante para a nova Revolução Industrial e a base para o desenvolvimento de uma economia digitalizada, além de criar boas oportunidades que nossos dois países não podem deixar de aproveitar.

**Valor:** Os EUA acusam a tecnologia 5G da Huawei de ser uma ameaça à segurança nacional e aconselham abertamente que países como o Brasil considerem com prudência uma parceria com a empresa. Autoridades brasileiras chegaram a afirmar que o fator econômico não será o único critério de avaliação no leilão da 5G no Brasil. O senhor acha que esse discurso afetará de alguma forma a cooperação sino-brasileira em 5G?

**Yang:** A Huawei é o maior fornecedor mundial de equipamentos de telecomunicação. Seus negócios estão presentes em mais de 170 países e territórios, atendendo a mais de um terço da população mundial. A empresa assinou mais de 90 contratos comerciais sobre o 5G. Seus equipamentos sempre foram confiáveis e seguros. Os produtos e serviços da Huawei são bem recebidos graças à sua qualidade e segurança, de maneira que a empresa, presente no Brasil há mais de 20 anos, é amplamente reconhecida pelo governo brasileiro, pela associação da categoria e pelas operadoras. Políticos americanos têm feito acusações infundadas contra a Huawei, mas não conseguem apresentar provas concretas de falhas de segurança em seus equipamentos, tampouco sabem dizer qual legislação chinesa poderia tornar a tecnologia da empresa uma ameaça à segurança nacional, porque essa suposta legislação simplesmente não existe. A constante invenção de boatos e a ideologização de assuntos meramente comerciais ou tecnológicos têm como objetivo cercear empresas chinesas de alta tecnologia e impedir a liderança chinesa nessa área. Além de minar a normalidade da cooperação internacional no 5G e em outras tecnologias de telecomunicação, essa atitude vai contra a proteção da cibersegurança que dizem defender.

A China não exercerá pressão, nem fará ingerência sobre nenhum país, na sua escolha do fornecedor do 5G. No entanto, somos contrários ao uso de meios administrativos para interferir na participação legítima de empresas chinesas na cooperação internacional ou na concorrência de mercado. A questão não é se a Huawei poderá ganhar ou não um determinado leilão. O que está em jogo é a capacidade e vontade de um governo criar um ambiente de negócios e regras de mercado dentro dos parâmetros de equidade, imparcialidade e não discriminação. Não se trata somente da preocupação de uma empresa em particular, como a Huawei, mas de um importante critério de avaliação das condições de um mercado, que tem impacto significativo nas decisões de investimento e operação de todas as empresas chinesas.

**Valor:** A China já demonstrou interesse para a participação do Brasil e da América Latina na Belt and Road Initiative (BRI), mais conhecida como Nova Rota da Seda. Qual pode ser o volume desses investimentos e em quais setores?

**Yang:** A iniciativa de cooperação internacional “One Belt, One Road” tem como objetivo essencial promover a integração e a interconexão em todos os aspectos, como infraestrutura, comércio, investimento e recursos humanos. Nos sete anos desde seu lançamento, a China firmou acordos com 138 países e fez um aporte de mais de US\$ 110 bilhões em mais de 2 mil projetos, que criaram mais de 300 mil empregos no exterior. No primeiro trimestre deste ano, apesar dos fortes impactos da pandemia, o investimento chinês nos países parceiros da iniciativa ainda cresceu 11,7%.

Com a crise sanitária, aumentou consideravelmente a demanda pela parceria na área de saúde pública. Portanto, além da cooperação nos setores prioritários no âmbito da BRI, como infraestrutura, energia e comércio, a China também está promovendo com os países parceiros a construção da Rota da Seda da Saúde e da Rota da Seda Digital, com o fim de preservar a saúde e a segurança dos povos e dar mais impulso à recuperação econômica global.

**Valor:** Como o senhor vê o futuro dos Brics?

**Yang:** Os Brics são os representantes de potências emergentes com influência global. Desde o início desse mecanismo há mais de uma década, os cinco países vêm aprofundando suas cooperações principalmente em três áreas: economia e finanças, política e segurança, assim como intercâmbio cultural e interpessoal. Manifestaram-se em uníssono contra o unilateralismo e a favor do aperfeiçoamento da governança global, além de outras importantes agendas multilaterais, defendendo os legítimos direitos e interesses dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento. Teve lugar, em abril, a Conferência Extraordinária dos Chanceleres do Brics sobre a covid19. Pouco tempo atrás, foi realizada uma videoconferência de ministros de Saúde dos Brics. Os cinco países chegaram a um consenso sobre o apoio ao multilateralismo, o enfrentamento conjunto da pandemia, o aprofundamento da cooperação do bloco e outros temas, demonstrando a solidariedade e a disposição de fortalecer a parceria após a pandemia. Isso é condizente com a expectativa dos povos dos cinco países e de toda a comunidade internacional.

A China continua dando firme apoio ao Brasil e outros países do bloco na luta contra a covid-19 e defende, com os demais membros, o multilateralismo e o sistema internacional centrado na ONU. Além disso, vamos reforçar a coordenação de políticas macroeconômicas dos Brics para trazer mais estabilidade à economia mundial.

**Valor:** No auge da crise, muitos países se viram extremamente dependentes de equipamentos e produtos médicos chineses (o país concentra mais da metade da produção mundial de máscaras e cerca de um quinto no caso dos respiradores). O preço desses suprimentos aumentou drasticamente, e muitos países acusaram a China de fazer um “leilão em busca de quem podia pagar mais”. Como a China encarou essas críticas?

**Yang:** Esse tipo de acusação não tem nenhum fundamento. Trata-se ou de uma interpretação distorcida ou de uma difamação mal-intencionada. Há, neste momento, uma escassez de materiais médicos no mundo inteiro, e as restrições impostas à exportação desses bens por alguns países agravou ainda mais a situação para a cadeia de produção e de suprimento de certos produtos. Por outro lado, os fabricantes chineses de insumos de saúde estão trabalhando diuturnamente para aumentar a capacidade produtiva e tentando atender às demandas do mercado internacional. Até o final de maio, a China tinha exportado esses materiais para mais de 200 países e territórios. As operações seguiram os princípios do mercado e cumpriram os contratos comerciais. O governo chinês reforçou o controle de qualidade desses materiais, combateu as atividades ilícitas de contrafação e estocagem excessiva e oferece todos os tipos de facilitação aos países do mundo na aquisição de produtos médico-hospitalares.

Desde o início do surto no Brasil, recebemos do Ministério da Saúde e de 24 governos estaduais pedidos para comprar cerca de 300 tipos de suprimentos de saúde. Recomendamos, em tempo útil, à parte brasileira um catálogo de exportadores qualificados e ajudamos cerca de 30 vezes na compra de centenas de toneladas de materiais por governos de diferentes níveis e instituições médicas do Brasil. Permanecemos à disposição dos brasileiros e da população mundial para salvar mais e mais vidas.

**Valor:** Em artigo publicado no “Globo”, o senhor narrou as posições e propostas do governo chinês, apresentadas pelo presidente Xi Jinping, para o combate à pandemia e a retomada do crescimento econômico e social. Entre elas, o senhor cita que, quando a vacina chinesa estiver disponível, será um bem público global e contribuirá para garantir a disponibilidade e o preço acessível da vacina nos países em desenvolvimento. Como estão as pesquisas em busca dessa vacina e como pode se dar essa condição de “bem público global”?

**Yang:** A China está na fase avançada das pesquisas da vacina contra a covid-19. O desenvolvimento da vacina passa, de um modo geral, por três etapas: estudos laboratoriais, ensaios em animais e testes clínicos. Em todo o mundo, mais de 20 vacinas estão nessa última etapa, e cinco delas são da China. Três dessas cinco vacinas já concluíram a segunda fase de testes clínicos e estão prestes a entrar na fase III, a última antes da produção em massa. Ao mesmo tempo, laboratórios chineses estão montando toda uma estrutura fabril para a produção industrial. A China também desenvolve parcerias de P&D com a OMS, a Gavi e vários outros países, incluindo o Brasil.

Como anunciou o presidente Xi Jinping na 73ª Conferência Mundial da Saúde, a vacina chinesa, quando estiver disponível, será um bem público global para garantir a disponibilidade e o preço acessível do produto nos países em desenvolvimento. Trata-se de uma medida concreta da China para materializar seu conceito de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade. Com isso, é garantido que o beneficiário da vacina não seja um determinado país, mas toda a humanidade, especialmente a população dos países em desenvolvimento.

**Valor:** Nesse mesmo texto, o senhor relata o apelo da China à comunidade internacional para que sejam destinados, especialmente à África, mais recursos materiais, tecnológicos e humanos, além de oferecer maior apoio político e financeiro à Organização Mundial da Saúde (OMS). O governo chinês destinará US\$ 2 bilhões em dois anos aos países mais afetados. De que maneira a China está colaborando com o Brasil e como essa colaboração pode ser ampliada, especialmente no desenvolvimento em ciência e tecnologia?



**Yang:** Os dois países vêm mantendo uma cooperação próxima no enfrentamento da covid-19. Da parte chinesa, organizamos mais de dez diálogos on-line entre profissionais de saúde dos dois países tanto para trocar experiências de prevenção e controle em tempo útil, como para compartilhar dados de pesquisa e protocolos de diagnóstico e tratamento. No final do mês passado, chegou ao Brasil um primeiro lote de doações do governo chinês. O carregamento de mais de duas toneladas incluiu aventais, máscaras cirúrgicas, óculos de proteção, termômetros e outros suprimentos para emergência sanitária. O governo chinês decidiu enviar um segundo lote de doações avaliado em mais de R\$ 1,5 milhão. Esses materiais serão destinados ao Estado do Amazonas para reforçar o enfrentamento da pandemia nas comunidades indígenas. Além disso, mais de 20 províncias e municípios, assim como 30 empresas da China, doaram ou vão doar ao Brasil materiais de saúde como ventiladores pulmonares, equipamentos de tomografia, roupas de proteção, kits de teste e leitos hospitalares, totalizando um valor superior a R\$ 40 milhões. A China também está auxiliando o Brasil na aquisição de grande volume de equipamentos hospitalares.

No domínio da pesquisa científica, muitas empresas biofarmacêuticas estão em contato para identificar possibilidades de parceria. Por exemplo, a Sinovac fechou um acordo com o Instituto Butantan para a fase III de ensaio clínico de uma vacina aqui no Brasil. Uma vez validado o resultado dos testes, a tecnologia dessa vacina chinesa será transferida ao Brasil para produção em massa.

**Valor:** A pandemia da covid-19 exacerbou as relações já tensas entre a China e os EUA, e o “decoupling” entre os dois países que pregam os políticos americanos resultou numa escalada ainda maior desta tensão. Estudiosos e analistas internacionais têm elevado os alertas sobre o risco de que a disputa pode aumentar a tensão entre China e EUA a ponto de se chegar a uma nova Guerra Fria. O senhor vê esse risco como iminente?

**Yang:** China e EUA, respectivamente o maior país em desenvolvimento e o maior país desenvolvido do mundo, têm grande responsabilidade pela paz e pelo desenvolvimento do globo. A história demonstrou que os dois países se beneficiam da cooperação e sofrem com o confronto, a cooperação é a única escolha correta para ambas as partes. A China está comprometida a trabalhar com os EUA para desenvolver um relacionamento de não conflito, não confronto, respeito mútuo e cooperação “ganha-ganha”, defendendo, ao mesmo tempo, a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento de cada parte.

A era da globalização em que vivemos é regida pelas regras do mercado em que os interesses dos países estão profundamente entrelaçados. A China, a segunda economia e o país com o maior volume comercial do mundo, é o maior parceiro comercial de mais de 120 países e territórios. A “dissociação com a China” pregada por alguns políticos americanos é uma tentativa de alterar as leis da economia pela força política e interromper artificialmente as cadeias globais de produção e de suprimento. Isso não é realista, nem sensato, e, com certeza, não terá aprovação da comunidade internacional. Acredito que diante desta pandemia, os países vão apoiar com mais firmeza a integração, a abertura, a solidariedade e a cooperação, porque só com isso poderemos lidar com os desafios globais e alcançar um progresso comum.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data : 24/07/2020*

# portosenavios

**PORTAL PORTOS E NAVIOS**

**CASTILLERO, DA LISCR: 'REGISTROS TRADICIONAIS SÃO IMERSOS EM BUROCRACIA'**

*Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 24/07/2020 - 18:25*



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200724-navio-gnl-umm-al-ashtan-bandeira-liberiana.jpg>

*Navio de GNL 'Umm Al Ashtan', de bandeira liberiana (divulgação)*

*Representante do registro liberiano disse que existe um estereótipo atrelado às bandeiras abertas que está ultrapassado.*

O escritório do Liberian International Ship and Corporate Registry (LISCR) no Rio de Janeiro completa cinco anos, em julho. Considerado o segundo maior registro marítimo aberto do

mundo, o registro liberiano tem uma frota de 4,4 mil embarcações em diferentes regiões. No Brasil, a LISCR tem entre seus clientes armadores brasileiros e estrangeiros que operam nos diferentes segmentos da navegação, desde o apoio marítimo até o segmento de contêineres, passando por navios graneleiros, gaseiros e tanqueiros. O registro identifica perspectiva de crescimento do comércio exterior e do transporte marítimo entre o país e o restante do mundo.

A LISCR afirma que os registros abertos são os que têm melhor classificação hoje no mundo, em termos de segurança, qualidade e em ratificação de convenções internacionais. “Os registros tradicionais estão imersos em burocracia, o que os colocou atrás dos registros abertos no que toca ao desempenho geral”, apontou o diretor de operações da LISCR, Alfonso Castillero em entrevista à Portos e Navios.

O representante do registro liberiano disse que existe um estereótipo atrelado às bandeiras abertas que está ultrapassado. Castillero destacou que o registro liberiano foi o primeiro no mundo a firmar a Convenção do Trabalho Marítimo de 2006 (MLC, na sigla em inglês), estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ele acrescentou que, até hoje, o Brasil não ratificou essa convenção, enquanto toda a frota deste registro já está de acordo com as regras desta convenção.

### **Confira abaixo entrevista com o diretor de operações da LISCR, Alfonso Castillero:**

Portos e Navios: Hoje, 75% dos navios que operam no transporte marítimo internacional são de registro aberto. Quais são as principais vantagens desse tipo de registro?

Alfonso Castillero: Os registros abertos são os que têm melhor classificação hoje no mundo, em termos de segurança, qualidade e em ratificação de convenções internacionais. São também os líderes em inovação no segmento marítimo. Os registros tradicionais estão imersos em burocracia, o que os colocou atrás dos registros abertos no que toca ao desempenho geral. Cabe lembrar, por exemplo, que o registro liberiano foi o primeiro no mundo a firmar a Convenção do Trabalho Marítimo de 2006 (MCL, na sigla em inglês), a mais importante norma de proteção dos trabalhadores marítimos, estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ressalte-se que até hoje o Brasil não ratificou a MLC 2006, enquanto 100% da frota do registro liberiano estão de acordo com as regras dessa convenção.

É importante mencionar que 60% da frota do registro liberiano, pertencentes a armadores ao redor do mundo, são certificados por inspetores do próprio registro liberiano, que capacitou 300 profissionais para realizar esses processos de verificação nos navios de bandeira liberiana. Essa é apenas uma das muitas razões pelas quais os armadores procuram o registro liberiano, uma vez que eles sabem que isso representa o mais alto grau de desempenho no que tange a segurança e a qualidade. Na verdade, os registros abertos hoje lideram os rankings de certificação e a qualificação ao redor do mundo. Como sabemos, para ter autorização para operar e navegar, todo navio precisa obter certificação junto a uma entidade classificadora internacional, com vistorias periódicas.

Os registros abertos têm experiência e pessoal altamente treinado para orientar os seus clientes (armadores ao redor do mundo) nos processos de certificação e qualificação de suas frotas. Antes de tudo, os registros abertos – e o Liberian Registry em particular – constituem, com seu pessoal

altamente treinado, um importante mecanismo de qualificação e certificação das frotas mercantis, contribuindo de forma decisiva para a segurança da navegação e o comércio global. Somos um facilitador desse processo porque temos a expertise e porque operamos dentro dos mais altos padrões técnicos e legais no que concerne as exigências das entidades classificadoras. Isso faz com que sejamos os primeiros a ratificar as convenções internacionais relativas ao transporte marítimo e à navegação, incluindo normas relativas ao trabalho de marítimos.

PN: O escritório do LISCR no Rio de Janeiro está completando cinco anos este mês. Qual importância dessa representação no Brasil?

AC: o escritório tem uma importância fundamental porque o Brasil é um país estratégico em termos globais. Estamos falando da sétima maior economia do mundo pelo critério do Produto Interno Bruto (PIB). É também o país que tem o agronegócio mais competitivo do planeta, voltado para as exportações. É ainda um dos maiores produtores de petróleo do mundo, com liderança no segmento offshore em água profundas, sendo o Rio a capital do petróleo do Brasil.

Além disso, devido a todo o seu potencial, a participação do país nas trocas comerciais globais, que ainda é reduzida em proporção ao tamanho de sua economia, só tende a crescer, o que abre uma extraordinária perspectiva de crescimento do comércio exterior e do transporte marítimo entre o país e o restante do mundo.

O Brasil é ainda o país mais importante da região, do ponto de vista econômico, e tem uma longa costa, de mais de 7,5 mil km, voltada para a maior parte do Atlântico Sul. Tudo isso considerado, ter um escritório no Rio de Janeiro é vital para o Liberian Registry. Temos, entre nossos clientes, armadores brasileiros e estrangeiros que operam aqui nos diferentes segmentos da navegação, desde o apoio marítimo e offshore até o segmento de contêineres, passando por navios graneleiros, gaseiros e tanqueiros.

PN: Existem correntes alegando que os navios inscritos em bandeiras estrangeiras são 'piratas' e que seus armadores praticam trabalho semelhante ao escravo e representam um risco à navegação? O LISCR trabalha para desmistificar esses apontamentos?

AC: Nós temos trabalhado há anos para provar que nossa qualidade é a mesma ou até superior do que qualquer bandeira nacional. Se você pesquisar os registros ao redor do mundo, verá que temos melhores referências do que as bandeiras nacionais. Infelizmente, existe um estereótipo atrelado às bandeiras abertas que está totalmente ultrapassado.

PN: Na visão do LISCR, quais têm sido os principais debates em nível mundial e nacional quanto às regras de tripulação?

AC: A MLC 2006 foi um marco extremamente importante. Todo o trabalho realizado no âmbito da OIT e da IMO (Organização Marítima Internacional) é fundamental para o desenvolvimento da proteção dos trabalhadores. O principal debate em nível mundial e nacional é como equilibrar a segurança com a carga de trabalho do trabalhador marítimo. No entanto, devido à pandemia do Covid 19, as maiores preocupações no momento são permitir que os marítimos obtenham seu status de trabalhador essencial para poder voltar para casa para suas famílias, normalizando as mudanças de tripulação globalmente.

PN: Além dos navios de GNL, que outras segmentos e classes de navios têm potencial de aumento no número de registros junto à LISCR?

AC: Nosso registro abarca toda a classe de navios e vemos grande potencial de crescimento no Brasil no setor de granel sólido e líquido, em GNL, bem como no segmento offshore (apoio marítimo), assim como o segmento de contêiner, que também tende a crescer.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 24/07/2020**

## PORTO DE SANTOS TEM EM JUNHO O PIOR MÊS DOS ÚLTIMOS ANOS NA IMPORTAÇÃO DE CONTÊINERES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/07/2020 - 19:41

Dados e Estatísticas Abtra consolidados de junho/2020, na plataforma Business Intelligence, acerca da movimentação de contêineres de importação no Porto de Santos, com base nos registros dos terminais e recintos alfandegados associados nesse porto e compilados da Janela Única Portuária (JUP)/Sistema DTe:

Confirmando as expectativas, junho foi o pior mês dos últimos anos, considerando os contêineres de importação descarregados na operação portuária em Santos. Superou o recorde negativo de maio, uma vez que apresentou movimento 21,56% inferior ao daquele mês.

As 31.416 unidades descarregadas na operação portuária em Santos, em junho, representaram também menos da metade do volume verificado em junho de 2017, período anterior à crise econômica mundial de 2018. Ademais, ficaram 35% abaixo do total descarregado em junho de 2019 e, em relação ao mesmo intervalo de 2018, o tombo chegou a 37,49%.

A redução na descarga de contêineres em junho é claramente um efeito da crise gerada pela pandemia do novo coronavírus, tendo em vista o intervalo de alguns meses entre as contratações realizadas no exterior e a efetiva entrega delas nos portos brasileiros.

O mesmo comportamento foi observado quanto aos contêineres de importação que deram entrada nos recintos alfandegados associados no Porto de Santos. Entre maio e junho de 2020, o total em unidades recuou 23,34% (de 40.464 unidades para 31.019 unidades). Em relação a junho de 2019, 2018 e 2017, as quedas alcançaram 36,23%, 47,02% e 53,55%, respectivamente.

Os dados sobre as movimentações e os comparativos contabilizados em TEU também podem ser conferidos nesta edição.

O tempo médio mensal de permanência das cargas de importação sob controle aduaneiro no Porto de Santos caiu de 13,69 dias em maio para 12,46 dias em junho, sobretudo em razão do menor volume movimentado. Já o intervalo de 0,44 dias, compreendido entre o documento de importação até o desembarço, a cargo das autoridades anuentes, foi quase o dobro do mês anterior (0,27 dias), mas continua sendo a menor parcela de todo o período, que envolve da entrada da carga no porto à saída dela, com destino ao importador.

Por fim, o mês de julho/2020 promete repetir o mesmo quadro.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/07/2020

## VICE-ALMIRANTE WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO É RECONDUZIDO À PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Da Redação NAVEGAÇÃO 24/07/2020 - 08:42



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200528-vice-almirante-wilson-pereira-de-lima-filho.jpg>

O vice-almirante (RM1) Wilson Pereira de Lima Filho foi reconduzido ao cargo de presidente do Tribunal Marítimo, com mandato de dois anos. O novo período tem início em 1º de agosto de 2020.

O ato, do presidente da República, foi publicado no Diário Oficial da União em 22 de julho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/07/2020

## WISTA BRASIL DEFENDE MAIOR VISIBILIDADE E PLURALIDADE PARA A INDÚSTRIA MARÍTIMA

Por Dérika Virgulino INDÚSTRIA NAVAL 23/07/2020 - 21:23



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200612-navio-porta-conteiner-712.jpg>

**Arquivo**

**Presidente da WISTA Brasil defende que sem pluralidade não há desenvolvimento tecnológico nem operacional no setor**

O desenvolvimento da indústria marítima no Brasil passa pela necessidade de ampliação da pluralidade de gênero, raça, idade e credo. Essa é a defesa da Women's International Shipping & Trading Association (WISTA Brasil). Mas, para se aproximar dessa meta, uma das bandeiras da associação, segundo a presidente, Flavia Maia, é a promoção da visibilidade do setor, isto é, torná-lo conhecido e acessível por toda sociedade. A afirmação da presidente foi feita durante live realizada pela Portos e Navios sobre 'A jornada para uma indústria marítima mais plural', nesta quinta-feira (23).

Flavia avalia que a própria indústria marítima deveria aproximar-se mais da população, para que esta se veja não apenas como consumidora, mas também capaz de fazer parte desse universo. "Precisamos fazer divulgação não só enquanto setor, mas para mostrar que mulheres, negros, pessoas com deficiência, enfim, toda a pluralidade desse país, possa fazer parte dele", defendeu. Parte do projeto de responsabilidade social, a WISTA Brasil atua em parceria com Organizações Não-Governamentais (ONGs) com o objetivo de ajudar jovens que ainda estão buscando uma carreira, a conhecer a indústria, o papel que ela tem para a economia e também sobre seu leque de profissões.

Atualmente a WISTA representa uma organização internacional, presente em mais de 50 países. Fundada em 1974, ela chegou ao Brasil há quatro anos e já possui mais de 100 associadas em várias regiões do país. A associação nasce com marca de ajudar mulheres da indústria marítima a alcançar posições de liderança. Porém, ele enfatiza que organização não tem caráter exclusivista, ou seja, está aberta para a presença e colaboração do público masculino que compreende a importância da diversidade para o setor. "Nosso intuito é mostrar que nosso mercado é predominantemente masculinizado e sinalizar que existem mulheres com competência, qualidade e com condições de enfrentar posições de liderança nessa indústria", disse.

Um das principais atividades da WISTA é oferecer base de networking para as mulheres, capacitação e apoiá-las nos seus desejos de se tornarem-se líderes no mercado por meio de mentorias. Flavia afirmou ainda que a associação não está apenas capilarizada no país, como também dentro do próprio setor, atuando em todas as áreas que compõem a cadeia da indústria marítima. Dentro da perspectiva da pluralidade, a WISTA também vem mantendo diálogo com as diversas entidades representativas do setor "para entender como podemos progredir enquanto sociedade e indústria marítima", frisou.

Em 2018, a WISTA foi convidada a fazer parte do Conselho Consultivo da Organização Marítima Internacional (IMO) para colaborar com um corpo técnico de mulheres. Além disso, ela informou que um dos projetos da IMO é mapear em todo o mundo as mulheres que estão atuando na indústria marítima atualmente. De acordo com ela, não existe ainda nenhum dado consistente sobre este tema que é fundamental para se possa analisar a realidade, e começar a pensar em possibilidades de mudanças. Ela destacou que um pontapé inicial pode ser criação de cotas para mulheres em determinados segmentos do setor, até que a presença feminina se torne naturalizada.

Durante o debate, Flavia demonstrou também que uma das preocupações da associação durante o período de pandemia é pela condição dos marítimos embarcados sem poder sair, nem realizar a troca da tripulação. Ela informou que o número total de tripulantes que não estão conseguindo



repatriar chega a 250 mil, com exceção dos trabalhadores do mercado de cruzeiros. Segundo ela, dos 193 países membros da IMO apenas 29 ratificaram o documento da instituição sobre o entendimento de que os marítimos devem se enquadrar entre os profissionais essenciais durante a crise de saúde pública.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 24/07/2020**

## PORTO DE ITAJAÍ TERÁ CARTA NÁUTICA ATUALIZADA

**Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/07/2020 - 19:53**



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200723-mapa.jpg>

O Porto de Itajaí está passando por processo de atualizações da carta náutica do novo acesso aquaviário. Para atualização da carta em virtude de alteração de profundidades, é necessário realizar o Levantamento Hidrográfico de Classe Especial (Categoria "A"), que segue os procedimentos estabelecidos na Norma 25, da Marinha do Brasil, cujo órgão também faz análise do levantamento e, havendo aprovação, ocorre atualização do documento.

O trecho do acesso aquaviário que teve as maiores alterações geométricas foi na região da Baía Afonso Wippel, onde foi implantada a nova bacia de evolução, cujo trecho, juntamente com o trecho do canal interno de acesso ao porto, já se encontra atualizado na carta náutica. Além de informações das profundidades, o documento fornece outras informações, como sinalização náutica e demais informações pertinentes à segurança da navegação.

Com a aprovação da autoridade marítima do levantamento hidrográfico Classe "A" e do projeto da nova sinalização náutica, já é realidade no porto de Itajaí e do Terminal Portonave (Porto de Navegantes) a atracação de navios com até 350 metros de comprimento. Outro aspecto importante se refere ao ganho de calado operacional. Com o novo acesso aquaviário, já houve atracação de navio com até 13,2m de calado.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 24/07/2020**

## BRASIL PODERÁ EXPORTAR PRODUTOS TERMOPROCESSADOS DE AVES PARA O EGITO

**Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 23/07/2020 - 19:49**



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/170515-exportacao-congelados.jpg>  
**Embarque de frango / Arquivo**

Autorização será para as plantas que já estão habilitadas para o mercado egípcio e que, atualmente, embarcam frango inteiro

As autoridades do Egito aprovaram a importação de produtos termoprocessados de aves produzidas no Brasil. Com isso, o Brasil alcançou a marca de 82

mercados externos abertos para produtos agropecuários desde janeiro de 2019.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) irá atualizar o Certificado Sanitário Internacional (CSI) para as plantas que já estão habilitadas para o mercado egípcio e que, atualmente, embarcam frango inteiro.



Segundo dados do setor, o Egito é o 14º principal importador de carne de frango do Brasil. Entre janeiro e junho deste ano, o Egito importou 39,1 mil toneladas, volume que supera em 27% o total embarcado no primeiro semestre de 2019.

De janeiro a junho de 2020, as exportações do agronegócio brasileiro somaram US\$ 52 bilhões, o que representa um aumento de 10 % com relação ao mesmo período no ano passado.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 24/07/2020**